

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL – MESTRADO E DOUTORADO

VINÍCIUS MATTIA

EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA BACIA DO
PARANÁ 3

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
NOVEMBRO - 2017

VINÍCIUS MATTIA

**EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA BACIA DO
PARANÁ 3**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, para obtenção do título de mestre.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
NOVEMBRO – 2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M436e

Mattia, Vinícius

Extensão e desenvolvimento rural sustentável na bacia do Paraná 3. /
Vinícius Mattia.-- Marechal Cândido Rondon, 2017.
103 f.

Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Agricultura familiar. 3. Cooperativismo.
I. Zonin, Wilson João. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III.
Título.

CDD 20.ed. 338.1
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9º/965



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



VINÍCIUS MATTIA

EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA BACIA DO PARANÁ 3

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Inovações Sócio-tecnológicas e Ação Extensionista, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) – Prof. Dr. Wilson João Zonin
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Membro – Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Membro – Profa. Dra. Adriana Maria de Grandi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Membro externo – Prof. Dr. Valdecir Jose Zonin
Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS)

Marechal Cândido Rondon, 01 de dezembro de 2017

Aos meus pais, base do meu viver, em todos os sentidos. Amor verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, da sabedoria e por traçar meu caminho conforme sua vontade, para o bem.

Aos envolvidos nesta pesquisa, os quais me receberam e interagiram da melhor forma possível para o desenvolvimento do estudo.

Aos docentes do PPGDRS, em especial aos membros das bancas examinadoras, pela contribuição para a qualidade deste trabalho e de minha formação.

Ao meu orientador, professor Wilson João Zonin, por acreditar em minha capacidade e estar presente no direcionamento de minhas diretrizes acadêmicas e profissionais.

A minha família pelo apoio, suporte e amor incondicional. E a minha namorada Jéssica Daiane Diel pelo afeto, cuidado, paciência e companheirismo em todos os momentos.

Aos meus amigos Fábio Corbari, Marcos Gregolin e Karina Kestring pela parceria de sempre e pelo auxílio em todo o decorrer de minha formação e de minha vida. E a todos os demais amigos que de alguma maneira contribuíram para minha caminhada acadêmica e fizeram meus momentos mais felizes.

RESUMO GERAL

MATTIA, Vinícius, M. Sc., Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Novembro – 2017. **Extensão e Desenvolvimento Rural Sustentável na BP3.** Orientador: Dr. Wilson João Zonin

O estudo das especificidades que permeiam a realidade da agricultura familiar e camponesa, bem como suas organizações, possibilita inferências sobre como estes grupos sociais estão ligados e se aproximam às dimensões de sustentabilidade. Assim, o objetivo deste trabalho foi o de analisar algumas iniciativas de extensão e desenvolvimento rural sustentável existentes na Bacia do Paraná 3 – BP3. Para tanto, foram elaborados três artigos, dos quais o primeiro analisou algumas iniciativas existentes na BP3 de trabalhos segundo os preceitos da nova Ater para a agricultura familiar e suas organizações, bem como elencou demandas destes serviços. No segundo buscou-se realizar uma caracterização de seis cooperativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar evidenciando seus caminhos de comercialização acessados e a relação com o mercado institucional e convencional. O último deles se trata de um caso específico de uma cooperativa camponesa analisada através de metodologia participativa para evidenciar a percepção dos associados sobre os pontos fortes e fracos da organização. A conclusão demonstra que a pesquisa atendeu aos objetivos propostos por cada artigo e permitiu destacar alguns indicativos, como a importância das políticas públicas, dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural e do cooperativismo para a agricultura familiar e camponesa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Cooperativismo. Economia Solidária.

ABSTRACT GENERAL

MATTIA, Vinícius, M. Sc., Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, November – 2017. **Extension and Sustainable Rural Development in BP3.** Mastermind: Dr. Wilson João Zonin

The study of the specificities around the reality of peasant and family farm, and their organizations, make it possible to make inferences about how these social groups are near than the sustainability dimensions. So, the aim of this paper was analyzed some initiatives of extension and sustainable rural development in Parana 3 watershed – BP3. To this, they were elaborated three articles whose the first one analyzed some initiatives in BP3 of services according to precepts of nova Ater to family farm and their organizations, as well as listed demands. The second realized a characterization of six cooperatives of commercialization of family farm products evidencing their way of commercialization and relation with the institutional and conventional markets. In the last one, it was analyzed a specific case of a peasant cooperative using a participative method to evidence the perception of members about strengths and weaknesses of organization. The conclusion showed that the research answered the articles goals purposed and allowed highlight some indicatives as the importance of public polices, services of technical assistance and rural extension and of cooperatives to peasant and family farm.

Keywords: Family Farm. Cooperativism. Solidary Economy.

LISTA DE SIGLAS

A Tulha – Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste
Acar - Associações de Crédito e Assistência Rural
Acempre - Associação Central de Produtores Rurais Agroecológicos
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
Anater - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Asbraer - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Ater
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
Biolabore – Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná
BP3 – Bacia do Paraná 3
Capa – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
Ceasa – Centrais de Abastecimento
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coafaso – Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná
Coopercam – Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa
Cooprafa - Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar
Coperfam - Cooperativa de Agroecologia e da Agricultura Familiar
CPI – Comissão Pró-Índio
Cresol – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
Dater - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
Emater – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FLD – Fundação Luterana de Diaconia
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fofa – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
Geolutas - Laboratório de Geografia de Lutas do Campo e da Cidade
Gran Lago – Cooperativa de Produtores Orgânicos Gran Lago
Iapar – Instituto Agrônomo do Paraná
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nepal - Núcleo de Estudos de Produção Agroecológica de Leite
ONG – Organização Não-Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Peater/PR - Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater - Política Nacional de Ater
PPGDRS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Proater/PR - Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronater – Programa Nacional de Ater
PTI – Parque Tecnológico da Itaipu
Sead – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEU – Seminário de Extensão da Unioeste
Siber - Sistema Brasileiro de Extensão Rural
Sibrater - Sistema Brasileiro Descentralizado de Assist. Técnica e Extensão Rural
Swot – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
Tecpar – Instituto de Tecnologia do Paraná
Unicafes – União Nacional das Coop. da Agricultura Familiar e Economia Solidária
Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de associados das cooperativas até o final de 2016	55
Figura 2. Número de funcionários presentes nas cooperativas em 2016.....	57
Figura 3. Número de pontos de comercialização das cooperativas em 2016	58
Figura 4. Quantidade (%) total comercializado em 2016.....	62
Figura 5. Quantidade (Kg) de produtos comercializados em 2016.....	64
Figura 6. Quantidade (%) total comercializado em 2016.....	65
Figura 7. Valores (R\$) comercializados pela em 2016.....	66
Figura 8. Quantidade (%) total comercializado em 2016.....	68
Figura 9. Quantidade (kg) de produtos comercializados em 2016	70
Figura 10. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016.....	71
Figura 11. Quantidade (Kg) de produtos comercializados em 2016.....	72
Figura 12. Quantidade (%) total comercializado em 2016.....	73
Figura 13. Quantidade (%) total comercializada em 2016.....	76
Figura 14. Participantes da Assembleia Geral da Coopercam e cartaz com matriz Fofa elaborada pelos mesmos	89
Figura 15. Percepção dos associados sobre a realidade da cooperativa	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização da Ater desenvolvida pela Biolabore na BP3	25
Quadro 2. Caracterização da Ater desenvolvida pelo Capa na BP3	28
Quadro 3. Demandas e oportunidades elencadas pelos atores de Ater da BP3	37
Quadro 4. Distribuição das cooperativas.....	54
Quadro 5. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016.....	61
Quadro 6. Valores (R\$) comercializados pela Coafaso em 2016.....	63
Quadro 7. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016.....	65
Quadro 8. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016.....	67
Quadro 9. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016.....	69
Quadro 10. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016.....	71
Quadro 11. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016.....	73
Quadro 12. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016.....	75
Quadro 13. Quantidade (Kg) de produtos comercializados em 2016.....	76
Quadro 14. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016.....	76
Quadro 15. Diversidade de produtos comercializados e faturamento total anual das cooperativas em 2016	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL.....	13
1.1 OBJETIVO GERAL.....	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
AÇÕES DA NOVA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA BACIA DO PARANÁ 3: CARACTERIZAÇÃO E DEMANDAS	16
1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.1 EXTENSÃO RURAL: CONTEXTUALIZAÇÃO E UM RESUMO DO HISTÓRICO NO BRASIL.....	17
2.2 A NOVA ATER.....	19
2.3 ATER NA AGRICULTURA FAMILIAR	21
3 METODOLOGIA	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 COOPERATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ – BIOLABORE	24
4.2 CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – CAPA.....	28
4.3 INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER.....	30
4.4 UNIVERSIDADES.....	33
4.5 DISCUSSÃO ACERCA DAS DEMANDAS DE ATER NA BP3	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BACIA DO PARANÁ 3	44
1 INTRODUÇÃO	45
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	46
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	46
2.2 COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO.....	49
2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	51
3 METODOLOGIA	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
4.1 QUADRO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS	55
4.1.1 Quadro Social	55
4.1.2 Funcionários	57
4.2 COMERCIALIZAÇÃO	58
4.2.1 Cooperativa da Agricultura Familiar do Oeste do Paraná – Coafaso ...	60

4.2.2 Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa – Coopercam.....	64
4.2.3 Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste – A Tulha	66
4.2.4 Cooperativa de Agroecologia e da Agricultura Familiar – Coperfam ...	70
4.2.5 Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – Cooprafa	72
4.2.6 Cooperativa de Produtores Orgânicos - Gran Lago	75
4.3 DISCUSSÃO ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANÁLISE PARTICIPATIVA EM COOPERATIVA CAMPONESA SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERCAM	85
1 INTRODUÇÃO	86
2 METODOLOGIA	88
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	91
3.1 A ORGANIZAÇÃO	91
3.2 MATRIZ FOFA	92
3.2.1 Forças.....	93
3.2.2 Fraquezas	93
3.2.3 Oportunidades	94
3.2.4 Ameaças.....	95
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
CONCLUSÕES GERAIS	101
APÊNDICE A – Questionário de pesquisa artigo 1.....	103

1 INTRODUÇÃO GERAL

As amplas características que permeiam o estudo da agricultura perpassam além da evidenciação de técnicas produtivas, o reconhecimento social, ambiental, político, cultural, econômico e educacional. Quando essa área de estudo se volta à modalidade da agricultura familiar e camponesa, tem-se a importância de evidenciar todas essas dimensões e demonstrar que nesses grupos sociais, as especificidades são ainda mais ampliadas.

As ações ligadas aos temas de estudo, em destaque, a assistência técnica e extensão rural, a agricultura familiar, o cooperativismo solidário, a reforma agrária, as políticas públicas, dentre outras, são bases para o desenvolvimento rural sustentável e se aplicam como práticas ao atendimento das dimensões de sustentabilidade. Logo, estudos para evidenciar suas características em determinadas localidades, justificam a presente pesquisa, que busca fazer inferências sobre sucessos alcançados e necessidades de avanço.

O universo escolhido para a realização deste estudo foi a Bacia do Paraná 3, onde, além da maior acessibilidade por parte do autor, contou-se com a possibilidade de desenvolver uma pesquisa-ação, e de verificar que as iniciativas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável vêm apontando um avanço, principalmente, a partir da implementação de políticas públicas voltadas especificamente ao setor da agricultura familiar, camponesa e de comunidades tradicionais. Cabe à comunidade acadêmica e científica, através de métodos participativos, sistematizar essas experiências e inferir sobre suas especificidades afim de apontar caminhos de auxílio e difundir o conhecimento.

Um enfoque necessário a ser realizado, em se tratando deste universo, é a presença da Itaipu Binacional, que a partir de 2003, em uma ampla iniciativa socioambiental e em detrimento da mudança de sua missão institucional¹, criou o Programa Cultivando Água Boa partindo do reconhecimento da água como recurso

¹ Redefinido em 2003, o planejamento estratégico da Itaipu Binacional incorporou à missão da referida instituição a responsabilidade socioambiental e passou a ser definida como: “Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai”.

universal e um bem pertencente a todos. Desde então, 20 programas e 65 ações com o apoio de mais de 2 mil parceiros são desenvolvidos e atuam visando ao enfrentamento das mudanças climáticas, as quais põem em risco a sobrevivência humana e estão diretamente relacionadas com a água e seu uso múltiplo². As iniciativas evidenciadas nos artigos deste trabalho, em grande parte, contam com o apoio do programa de variadas formas.

O presente trabalho está configurado na forma de artigos, dos quais o primeiro trata de caracterizar e descrever as iniciativas de assistência técnica e extensão rural que trabalham de acordo com os preceitos da nova Ater existentes na BP3 além de discutir sobre demandas. O segundo realiza uma caracterização das cooperativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar evidenciando os mercados por elas acessados e suas relações. O terceiro, por fim, analisa o caso específico de uma cooperativa da reforma agrária através de metodologia participativa que demonstra a percepção dos associados sobre os aspectos da organização.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste trabalho foi o de analisar iniciativas de extensão e desenvolvimento rural sustentável e suas características para a agricultura familiar na BP3.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos foram:

- a) Identificar iniciativas e demandas de serviços de extensão rural das cooperativas e dos agricultores familiares;
- b) Caracterizar as cooperativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da BP3, mapeando os desenhos de mercado por elas construídos;

² As informações foram retiradas do texto “Sobre o Programa: um movimento pela sustentabilidade” que estão disponíveis no site <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa> e foram acessadas em 18 de novembro de 2017.

- c) Avaliar o acesso dos agricultores às políticas públicas de comercialização;
- d) Estudar a relação dos agricultores com os mercados institucionais;
- e) Identificar potencialidades, limitações e oportunidades do cooperativismo na agricultura familiar camponesa;

ACÇÕES DA NOVA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA BACIA DO PARANÁ 3: CARACTERIZAÇÃO E DEMANDAS

ACTIONS OF NOVA ATER TO FAMILY FARM IN PARANA 3 WATERSHED: CHARACTERIZATION AND DEMANDS

RESUMO: O fortalecimento do trabalho de assistência técnica e extensão rural de acordo com os princípios da nova Ater está em consonância com a garantia de um auxílio aos agricultores familiares proporcionando-lhes um aporte de conhecimento técnico e social baseado no desenvolvimento sustentável. O objetivo deste estudo foi o de caracterizar e descrever as iniciativas existentes na Bacia do Paraná 3 no que se refere a trabalhos que seguem os preceitos da nova Ater, além de elencar demandas. Para isso, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, questionários estruturados e entrevistas informais com as entidades identificadas no universo de estudo. Concluiu-se que a agricultura familiar da região é beneficiada com diversas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito da Ater, mas que a continuidade, a ampliação e a qualidade dos serviços precisam ser mantidas para que atendam da melhor maneira este público.

Palavras-chave: extensão, questão agrária, políticas públicas, desenvolvimento rural sustentável.

ABSTRACT: *Strengthen the actuation of technical assistance and rural extension according to nova Ater's principles is a way of ensuring a support to family farmers giving them technical and social knowledge based on sustainable rural development. The aim of this research was characterized and describe about the existing initiatives in Parana 3 watershed of actions that follow the precepts of nova Ater, besides identify demands. It was used bibliographic research, structured questionnaires and informal interviews with the entities identified on study universe. It could be concluded that the family farm of region is beneficiated with many actions focused on sustainable development on Ater scope, but that the continuation, enlargement and the quality of services need to be maintain to serve the best to this public.*

Keywords: *extension, agrarian question, public polices, sustainable rural development.*

1 INTRODUÇÃO

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater no Brasil passaram por divergentes momentos históricos e formas de atuação. A agropecuária, como setor primário de produção de alimentos, tem nestes serviços uma base estrutural de capacitação, tecnologia, inovação, difusão de experiências e ciências relativas à tentativa de melhoria das condições produtivas e de qualidade dos cultivos.

Uma das maiores problemáticas no âmbito da Ater para a agricultura familiar está na garantia de um serviço público, gratuito e de qualidade, haja vista que a interligação com o governo faz com que a oscilação nas políticas públicas para este fim seja muito grande, resultando em períodos favoráveis precedidos por desfavoráveis e vice-versa. Tal quadro não garante a manutenção da oferta e prejudica o desenvolvimento do trabalho nas pequenas propriedades rurais.

O objetivo deste estudo foi evidenciar quais são as iniciativas existentes de trabalhos segundo os preceitos da nova Ater para os agricultores familiares e suas organizações econômicas solidárias na Bacia do Paraná 3 destacando a distribuição das entidades e agentes de Ater e elencando demandas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 EXTENSÃO RURAL: CONTEXTUALIZAÇÃO E UM RESUMO DO HISTÓRICO NO BRASIL

Apesar de algumas formas de extensão na agricultura, como o repasse de informações e as recomendações para agricultores, terem sido evidenciadas desde os anos 1800 a.C., o termo extensão só começou a ser utilizado como desenvolvimento educacional na Inglaterra durante a segunda metade do século 19 pelas universidades (JONES e GARFOTH, 1997).

No Brasil, a criação de alguns institutos e a publicação de alguns decretos já continham em seus estatutos e artigos algumas formas ou rudimentos de um serviço de extensão rural, prestado por agricultores profissionais (PEIXOTO, 2008).

De acordo com Peixoto (2008) o início dos serviços de Ater propriamente dito, ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 a partir da criação de Associações de Crédito e Assistência Rural - Acar nos estados brasileiros coordenados por uma associação nacional sendo a primeira e servindo de modelo a Acar-MG. O conjunto de Acar formaram o Sistema Brasileiro de Extensão Rural - Siber.

Em termos legais, a Lei 4.504/1964 criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - Inda e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – Ibra, os quais e estes passaram a ter atribuições de prestação de assistência técnica, desenvolvimento rural, extensão rural e cooperativismo apoiados com recursos do Siber. Estes institutos foram substituídos em 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que, detinha a responsabilidade pela coordenação da extensão rural, mas não conseguia executá-la a contento (PEIXOTO, 2008).

Com as dificuldades de coordenação enfrentadas pelo Incra, o Siber começou a ser estatizado em 1974 com a criação da Lei 6.126, que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, uma entidade pública vinculada ao Ministério da Agricultura criada oficialmente em 1975 pelo Decreto nº 75.373. Nesse processo, as estruturas das Acar foram absorvidas pelos estados criando-se assim as Emater e transformando o Siber no Sibrater (ANATER, 2013).

A partir de 1985, a crise e o esgotamento público fizeram com que os recursos aportados pela Ater fossem drasticamente cortados e o ápice desta precarização se deu em 1990, com a extinção da Embrater (ANATER, 2013).

A ação governamental de Ater somente voltou a obter marcos regulatórios em 2003 e 2004, quando as atribuições foram repassadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi, então, criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – Dater e a Política Nacional de Ater – Pnater em 2004. Em paralelo, revigorou-se a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Asbraer, visando efetivar um projeto de desenvolvimento rural sustentável. Já em 2010, finalmente, foi sancionada a Lei 12.188 – Lei de Ater, que instituiu a Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Pronater. Os serviços são exercidos pelo Sistema Brasileiro de

Ater através das unidades estaduais, porém, com uma visão universalizada que passou a ser conhecida como “A Nova Ater” (ANATER, 2013).

Além do contexto histórico institucional, a concepção filosófica, não menos importante na história da Ater no Brasil, passou por três fases: a primeira, chamada de “humanismo assistencialista”, compreendida entre 1948 e 1960, tinha por objetivo aumentar a produtividade agrícola e, em consequência, melhorar o bem-estar das famílias através do aumento de renda e da diminuição da mão-de-obra necessária para produzir, no entanto, apesar de levar em conta os aspectos humanos, era pouco participativa e induzia a mudanças comportamentais. A segunda fase se estendeu de 1964 a 1980 e era chamada de “difusionismo produtivista”, aplicando pacotes tecnológicos modernizantes com uso intensivo do capital, máquinas e insumos e introduzindo os agricultores em uma dinâmica de economia de mercado. A partir do ano de 1980, permanecendo até a atualidade, a terceira fase foi denominada “humanismo crítico” na qual a maior consideração é o planejamento participativo, ou seja, espera-se que leve em conta a participação, os aspectos culturais e a pedagogia da libertação junto aos agricultores. Apesar de uma grande orientação para este princípio, ainda grande parte das empresas de Ater se baseiam no que preconiza a segunda fase (LISITA, 2005).

2.2 A NOVA ATER

Com seu principal embasamento nas lutas populares, a efervescência dos movimentos, a atuação de profissionais críticos e também pelo compromisso do governo eleito, a nova Ater não teve sua construção isolada e nem por poucas pessoas. Antes, foi constituída por uma reflexão crítica idealizada por Paulo Freire e vários outros pensadores (DAMBRÓS, 2015).

Acreditava-se que alguns elementos do cenário socioeconômico contribuíram para uma nova política de Ater pública, tais como o objetivo de não apenas aumentar a produtividade, mas também preservar o meio ambiente, a saúde pública e a qualidade dos alimentos, a concentração de esforços de governos em minimizar os problemas sociais, envolvendo, neste caso, a pobreza no campo, a priorização de setores menos

favorecidos do meio rural em serviços públicos gratuitos, o acesso a políticas públicas, tendo a extensão rural como ferramenta fundamental, e a atenção especial a agricultores que não podem pagar por serviços de assistência técnica (CAPORAL, 2003).

A Lei 12.188/10 passou a definir a Ater como

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não-agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Sua aplicação como política pública passou a consistir num cadastramento de entidades executoras públicas ou privadas, que atendam a requisitos como a legalidade documental, corpo técnico multidisciplinar, profissionais registrados nos órgãos competentes, os quais, dentre outros requisitos, visam a prestação de serviços de Ater a públicos beneficiários específicos, como de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, silvicultores, aquicultores ou pescadores (BRASIL, 2010).

Esse serviço deve ser desempenhado de acordo com os princípios regidos pela nova legislação, a saber: (i) desenvolvimento rural sustentável com a utilização adequada de recursos naturais e preservação do meio ambiente; (ii) gratuidade, qualidade e acessibilidade; (iii) adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, construindo a cidadania e democratizando a gestão; (iv) adoção de princípios da agricultura ecológica preferencialmente para desenvolver sistemas de produção sustentáveis; (v) equidade de gênero, geração, raça e etnia; (vi) contribuição para a soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Como já citado, esses princípios seguem a idealização de pensadores como Paulo Freire, que em 1983 já definia esta nova extensão, educativa e libertadora, como um processo de comunicação participativa, de troca de saberes, de diálogo, de compreensão, enfim, uma educação que buscasse a autonomia dos agricultores (FREIRE, 1983).

A extensão entendida através da educação, deve ser pensada a partir do uso da pedagogia, iniciando pelo diálogo, pela comunicação, por uma nova relação humana que possibilite ao povo a construção de uma consciência crítica do mundo em que vive

e concedendo-lhes a educação para a liberdade (FREIRE, 2008). Sen (2010) considera que para que se tenha um pleno desenvolvimento, é necessário que se elimine as privações de liberdade e que se oportunize às pessoas a oportunidade de exercerem suas condições de agente.

Os principais desafios da nova Ater são as macro orientações de políticas de desenvolvimento em âmbito governamental nacional, estadual e municipal, que podem ser um sério obstáculo para a continuidade do apoio público e do financiamento subsidiado, bem como, a necessidade de uma mudança institucional das entidades públicas estatais de Ater com vistas a horizontalizar e democratizar os processos de gestão e decisões com a participação dos beneficiários, considerando a necessidade de um “novo profissionalismo” para formar profissionais que tenham uma visão ampla da ecologia e não apenas para a difusão de pacotes tecnológicos e que além disso assumam novos conceitos, valores e comportamentos, ampliando a capacidade de ver as pessoas antes das coisas (CAPORAL, 2006). Além disso, a universalização dos serviços caracteriza-se como um desafio enorme em fazer com que esta política pública chegue a todos os agricultores familiares.

2.3 ATER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Mais do que técnicas de produção, a extensão rural permeia os sentidos sociais, de luta e desenvolvimento regional, principalmente para os agricultores alternativos aos sistemas convencionais. Segundo Abramovay (1998, p. 147) um escritório de extensão rural deve ser “uma agência de desenvolvimento voltada a despertar o conjunto de energias locais capazes de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social”. Logo, tal instituição não deve se comportar como um instrumento de assistência social e sim uma agência de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998).

A Ater e sua relação com o desenvolvimento sustentável se apresenta tanto como oportunidade quanto como desafio: oportunidade frente à essencialidade deste aporte aos agricultores que prezam pela sustentabilidade. Rios e Pereira (2011) evidenciam que os serviços de Ater são essenciais para o desenvolvimento sustentável

da agricultura familiar, principalmente para a promoção de práticas agroecológicas e que além disso envolve técnicas que vão desde o manejo produtivo até a educação no campo. Desafio relativo à alteração de sua forma praticada até então. Caporal (2003) ressalta que os aparatos públicos de extensão precisarão transformar sua prática convencional visando mudanças institucionais para atender as exigências da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável. A Ater promovida à agricultura familiar, contribui para o desenvolvimento sustentável em um quadro de geração de trabalho e renda aos agricultores com o aprimoramento dos resultados de suas atividades no campo (RIOS e PEREIRA, 2011).

No contexto da reforma agrária em específico, considerando, sobretudo, de uma questão não apenas técnica, mas também política, o agente de Ater se situa como um verdadeiro educador e passa a ser um dos agentes de mudanças, inserindo-se no sistema de relações camponeses-natureza-cultura e fazendo com que seu trabalho seja solidário e apresente outras dimensões que vão além da técnica propriamente dita (FREIRE, 1983).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi definida como um estudo de caso voltado para a caracterização de uma realidade específica demonstrando suas especificidades. Assim, buscou-se investigar este fenômeno no contexto em que está inserido (YIN, 2001) e, a partir disso, identificar seus sintomas, evolução, resultados e consequências (VENTURA, 2007).

Tratou-se de uma abordagem qualitativa para a busca de informações e relações que visaram a verificação do conhecimento ou do contexto existente sobre o caso, assim podendo, além de apenas enumerar, compreender o fenômeno a partir de perspectivas da situação de estudo (GODOY, 1995).

Aplicou-se a pesquisa exploratória procurando explicitar o problema do estudo, além de ser uma pesquisa participante na qual ocorre a interação entre o pesquisador e os investigados estando o primeiro inserido no contexto do estudo (GIL, 2002). Em paralelo, esta pesquisa pode ser enquadrada como pesquisa-ação, na qual um conjunto

de procedimentos técnicos são adotados para o conhecimento da realidade ou um aspecto desta, de maneira coletiva (BALDISSERA, 2001).

O universo abrangido pelo estudo foi a Bacia do Paraná 3, no qual se realizou uma amostragem não probabilística, do tipo amostragem por acessibilidade ou conveniência, empregada quando a amostra é selecionada por ser mais acessível à pesquisa (OLIVEIRA, 2001) sem desconsiderar que existem outras entidades que se enquadram no estudo.

Com base na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997 e aprovação da Lei Estadual de Recursos Hídricos, nº 12.726/1999, passou-se a adotar as bacias hidrográficas como unidades de planejamento para atuação do poder público, da sociedade civil e de seus usuários. Nesse processo, pautou-se nas condições geográficas de cada estado para delimitar alguns referenciais, de onde assegurou-se que o Paraná possui 16 bacias hidrográficas. Cumpre ressaltar que o planejamento territorial de recursos hídricos ocorre em 12 unidades hidrográficas, consideradas em sua totalidade ou apenas uma parte. A BP3 apresenta uma área total de quase 8 mil km² e uma população que ultrapassa 640 mil habitantes. Abrange 28 municípios, dentre os quais se destacam pelo contingente populacional Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. O território é ocupado em grande parte por agricultura intensiva e pecuária (PEREIRA e SCROCCARO, 2010).

A coleta dos dados foi dividida em dois momentos, no primeiro ocorreu a aplicação de um questionário estruturado junto às entidades não governamentais de Ater (Biolabore e Capa) atuantes na região onde foram solicitadas as informações de número de agentes, municípios de atuação, número de agricultores abrangidos, organizações de economia solidária, focos de atuação, dentre outros dados relevantes para o estudo.

O segundo momento tratou de investigar entidades governamentais (Emater e universidades) e para tanto, foi realizada uma entrevista informal com alguns representantes, os quais elencaram as ações desenvolvidas pelas entidades neste âmbito. Além disso, a pesquisa bibliográfica auxiliou para a complementação dos dados e informações sobre o estudo proposto.

As demandas apresentadas pelas cooperativas de agricultura familiar foram elencadas em uma reunião realizada entre algumas cooperativas da região, entidades de Ater e alguns parceiros envolvidos que prestam apoio neste âmbito.

Os dados foram sistematizados em quadros através de transcrição de entrevistas e, posteriormente realizou-se uma análise descritiva inferindo sobre os resultados da pesquisa e desenvolvendo a discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos e coleta de dados da pesquisa, possibilitaram elencar algumas entidades que estão desenvolvendo serviços de Ater na BP3 de acordo com os princípios preconizados pela nova Ater. Esta atuação ocorre através de entidades executoras que são públicas e privadas, amparadas por recursos de âmbito governamental e beneficiando diferentes modalidades de agricultores com a visão do desenvolvimento rural sustentável.

As entidades identificadas pela pesquisa foram a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná – Biolabore, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – Capa, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater e algumas universidades como a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e a Universidade Federal de Integração Latino-Americana – Unila.

Os tópicos a seguir, realizam uma caracterização dos serviços e das ações desenvolvidas por cada entidade, além de alguns apontamentos sobre a atuação na BP3.

4.1 COOPERATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ – BIOLABORE

A Biolabore foi fundada em 2005 por formandos das ciências agrárias que optaram por uma atuação diferenciada no mercado de trabalho, buscando serviços que satisfizessem suas necessidades financeiras, e que, mais do que isso, pudessem prestar seus conhecimentos para o desenvolvimento da agricultura. Desde seu início, firmou contratos e convênios para a atuação em iniciativas que visassem ao

desenvolvimento rural sustentável. Em 2017, contava com uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar com o objetivo de atender com qualidade as entidades e agricultores contratantes.

O quadro abaixo demonstra os trabalhos desenvolvidos pela Biolabore em 2017 e as características específicas de cada caso.

Quadro 1. Caracterização da Ater desenvolvida pela Biolabore na BP3

Entidade parceira: <u>Itaipu Binacional</u> Início: 2008 Final: março de 2018 (prorrogável mais 2 anos)			Modalidade: Contrato	
Nº de técnicos	Escolaridade	Municípios	Nº de agricultores	Área de atuação
20 1 coordenador, 1 agroindústrias, 3 cooperativas, 2 apicultura/ meliponicultura, 13 campo.	Formação Eng. Agrônomo, Tec. Alimentos, Tec. Agroecologia, Tec. Agropecuário, Zootecnista, Tec. Meio ambiente, Engenheiro Florestal	17 Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Vera Cruz do Oeste e São Pedro do Iguaçu, Palotina, Terra Roxa e Guaira, Altônia, Mundo Novo, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste	504 agricultores familiares 6 cooperativas 13 associações 130 agroindústrias	Olericultura, fruticultura, pecuária leiteira e de corte, grandes culturas, criação de aves, suínos, produtos agroindustrializados.
Entidade parceira: <u>Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA</u> Início: Outubro 2014 Fim: Março de 2018			Modalidade: Convênio	
Nº de técnicos	Escolaridade	Municípios	Nº de agricultores	Área de atuação
9 1 coordenador 1 assessor 7 campo	Formação Eng. Agrônomo, zootecnista, tec. agroecologia	20 Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia, Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Ramilândia, Missal, Santa Helena, Vera Cruz do Oeste, Diamante D'Oeste, Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Céu Azul, Toledo, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Cascavel, Santa Tereza do Oeste e Lindoeste.	Aproximadamente 700 agricultores familiares	Agroecologia para horticultura, fruticultura, pecuária de leite, etc.

(continuação)

Entidade parceira: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Início: agosto de 2017 Fim: dezembro de 2017 (possibilidade de renovação)			Modalidade: Contrato	
Nº de técnicos	Escolaridade	Municípios	Nº de agricultores	Área de atuação
12	Formação Eng. Agrônomo, Tec. Agroecologia, Zootecnista, Med. Vet.	16 Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Santa Helena, Cascavel, São José das Palmeiras, Ramilândia, missal, Itaipulândia, Toledo, Santa Terezinha de Itaipu, são Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, medianeira, Foz do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, Céu Azul	54 agricultores familiares	Pecuária leiteira

Fonte: O autor (2017)

Uma das características em diferencial que a BP3 possui é o apoio da Itaipu Binacional em ações de desenvolvimento. A usina hidrelétrica inaugurada em 1984 teve uma grande alteração em sua atuação em 2003, quando mudou sua missão institucional e passou a trabalhar para o desenvolvimento sustentável da região e não apenas a visar apenas a produção de energia. Este trabalho foi iniciado a partir de uma ampla iniciativa socioambiental conhecida como Programa Cultivando Água Boa, o qual parte do reconhecimento da água como um recurso universal e um bem comum. Assim, através de seus programas, iniciou-se uma busca por prover várias ações de proteção de recursos e de disseminação de valores e saberes na BP3 (ITAIPU, 2005).

Dentre as ações desenvolvidas pelo Cultivando Água Boa, destaca-se a prestação de Ater para a agricultura familiar, agroecológica, orgânica, de assentamentos da reforma agrária, indígenas e quilombolas, evidenciando-se como um grande movimento na região. O contrato da Biolabore com a Itaipu está vinculado ao programa de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Como demonstra o quadro, nesse contrato a Ater é prestada por uma equipe heterogênea em sua formação e abrange não apenas o setor produtivo, mas também a assessoria no beneficiamento, disponibilizando um profissional específico para

agroindústrias, além da assessoria para cooperativas e associações de agricultores familiares, com técnicos também específicos para o ramo.

Intyre (2006) relata que para que cooperativas de qualquer ramo prosperem é necessário que os envolvidos estejam em um processo de educação empreendedora cuja finalidade reside em permitir que a organização se torne competitiva, mas que permaneça imersa na confiança e nos valores culturais locais, valorizando a transparência, a confiança e os valores democráticos. A assessoria para que esta educação ocorra deve ser inserida nas ações norteadoras da Ater, que baseada em seus novos preceitos, ensina trazendo autonomia e liberdade aos envolvidos.

Da mesma forma, o apoio às agroindústrias se sustenta no fato de que estas surgem como uma alternativa para a busca de novos mercados, e permitam a utilização da diversidade de produtos (NICHELE e WAQUIL, 2011), a modernização do setor, maiores arrecadações e nível de emprego, e também que garantam maior qualidade de vida no campo (AZEVEDO et al, 2000).

Além do contrato com a Itaipu Binacional, a Biolabore conta com um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (recentemente extinto e realocado como Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Sead) com vistas ao desenvolvimento de Ater em agroecologia. Também há um contrato com o Sebrae para o desenvolvimento de atividades de Ater através de um programa para produtores de leite, visando à sustentabilidade e o aprimoramento na qualidade da atividade.

Ademais, as características da atuação da Biolabore corroboram com os demais princípios da nova Ater, trabalhando sempre com a visão da redução do uso de agroquímicos através do emprego de soluções alternativas (como caldas, adubos orgânicos e homeopatia), o desenvolvimento rural sustentável, promovendo a integração dos agricultores familiares, a equidade de gênero, valorizando a mulher do campo e incentivando seu empoderamento, o apoio à soberania alimentar e nutricional, contribuindo para o acesso dos agricultores a programas institucionais como o PAA e o Pnae e garantindo a qualidade superior nos alimentos produzidos e comercializados.

Da mesma forma que a Biolabore, o Capa conta com a Itaipu Binacional como uma das principais entidades de fomento para os serviços de Ater na região. Este aporte de recursos também se dá através do programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, que faz parte do programa Cultivando Água Boa. A atuação do Capa é bastante abrangente neste convênio, já que lida com pelo menos três públicos de agricultores diferentes: a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária de seis assentamentos e três comunidades indígenas, todos voltados, principalmente, para o foco da assistência técnica para a agroecologia. Dessa forma, os técnicos prestam assessoria àqueles agricultores que se enquadrem na realidade de uma produção sustentável e que utilizem práticas alternativas de manejo em seus cultivos ou criações, visando o cuidado com o meio ambiente.

A atuação dos técnicos do Capa perpassa a cadeia produtiva deste público beneficiário como um todo, abrangendo desde a obtenção de insumos para os cultivos, até a produção propriamente dita, perpassando aspectos como o fomento à agroindustrialização, o apoio à comercialização, a assessoria para certificação agroecológica, o acesso ao crédito e ainda o aporte socioambiental para as famílias e propriedades. Tudo isso em busca de proporcionar um desenvolvimento sustentável e um incremento da qualidade de vida no campo.

Além da Itaipu Binacional, o Capa recebe recursos de cooperação internacional através do Pão Para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento da organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha. Trata-se de uma iniciativa para desenvolver esforços voltados a fazer com que todas as pessoas tenham sempre alimentos suficientes (BROT FÜR DIE WELT, 2017), colaborando para a garantia da segurança alimentar e nutricional, que é um princípio da nova Ater.

O trabalho desenvolvido pelo Capa também conta com a parceria mútua entre várias entidades. É o caso da Associação Central de Produtores Rurais Agroecológicos – Acempre, sediada no município de Marechal Cândido Rondon e que recebe assessoria dos profissionais do Capa para sua gestão, organização e integração entre os agricultores associados. Outro exemplo é a parceria com a Unioeste, por meio da qual busca-se o desenvolvimento de trabalhos na estação experimental de Entre Rios do Oeste, onde se pretende implantar uma vitrine de agroecologia, além de outras

ações como eventos e feiras na universidade. Ademais, o Capa ainda coordenou a estruturação e é a principal entidade de assessoria ao núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida de Agroecologia.

Assim como na região Oeste do Paraná, em especial na BP3, outras áreas do Sul do País são abrangidas pelo Capa em seus demais núcleos, como é o caso do município de Verê no Paraná, da região Oeste Catarinense e do Rio Grande do Sul, atendendo aos municípios de Erechim, Pelotas e Santa Cruz. Em alguns destes municípios, Betta (2015) e Barbosa (2015) relataram o trabalho dessa entidade e sua importância para a agricultura familiar local no contexto de uma Ater voltada ao desenvolvimento rural sustentável.

A interdisciplinaridade da equipe, a forma de atuação voltada à responsabilidade socioambiental, o público beneficiário da Ater, o fomento ao desenvolvimento sustentável e demais outros aspectos fazem do Capa uma das entidades que praticam e trabalham no formato e com preceitos da nova Ater.

4.3 INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

A Emater foi criada em 1977 passando a assumir as atividades da Acarpa no estado e se construindo como uma empresa pública e de direito privado, com a visão de trabalhar na difusão de tecnologia para o meio rural com atenção às comunidades mais pobres, aos efeitos no meio ambiente e aos impactos das mudanças climáticas nos pequenos municípios (EMATER, 2017).

Baseia sua atuação na Lei 17.447/2012, a qual instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Peater-PR e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater-PR. Assim como a Lei federal, preconiza o trabalho voltado ao desenvolvimento rural sustentável, à redução de desigualdades, para a segurança e soberania alimentar e nutricional, bem como à equidade de gênero, à gratuidade, às metodologias participativas e à agricultura de base ecológica (PARANÁ, 2012). Além disso, um diferencial estabelecido pela nova legislação é de que a Emater incorpore a responsabilidade não apenas de executar os

serviços de Ater, mas também de apoiar e promover a articulação harmônica dos atores em prol do desenvolvimento do Estado (EMATER, 2017).

Tanto a nível de Estado quanto em sua atuação na BP3, a Emater tem desenvolvido ações baseadas em programas ou projetos estabelecidos pelo instituto, geralmente junto a demais parceiros.

Na BP3, mais especificamente, a Emater tem desenvolvido um trabalho na preservação do meio ambiente e matas ciliares. No início, tratava-se de uma iniciativa do Estado que, posteriormente, foi assumida por uma parceria entre Emater, Itaipu Binacional e prefeituras, na qual a primeira desempenha o papel da prestação de serviços, desenvolvimento de projetos e acompanhamento das ações, a segunda garante o aporte de recursos e gestão e a terceira atua com contrapartidas disponíveis em cada caso. Essa iniciativa envolve várias ações, como a adequação de estradas, a recomposição de matas ciliares, a recuperação de solos, a eliminação de passivos ambientais, dentre outras. Ainda considerará alterações visando adotar uma metodologia mais participativa, em que uma consulta pública formal com a comunidade permita elencar indicadores existentes em cada situação específica e assim, aprimorar ainda mais o serviço prestado.

Um programa desenvolvido para a agricultura no Estado, executado pela Emater também na BP3 foi o Pró-Solo. Instituído pelo decreto nº 4.966/2016, o Programa Integrado de Conservação do Solo e Água do Paraná – Pró-Solo objetiva a sensibilização do produtor, a formação de especialistas e a capacitação permanente sobre estratégias de conservação do solo agrícola, além da transferência e difusão de tecnologias, práticas e estratégias de conservação do solo, da interação entre órgãos públicos em cooperação para controle da erosão do solo, do incremento da atividade econômica e da produtividade em equilíbrio com a conservação dos recursos naturais (PARANÁ, 2016). Por meio desse programa, os agricultores que desejam, por adesão voluntária, podem apresentar um projeto técnico de conservação de solo e água de sua propriedade à Emater, que o encaminha à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar e auxilia para a execução conforme o cronograma, servindo especialmente para aqueles proprietários que foram notificados pelo descumprimento de alguma legislação de conservação do solo (PARANÁ, 2016).

Outra iniciativa em que a Emater, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e juntamente com vários outros parceiros desenvolve é a Campanha Plante Seu Futuro. Lançada em 2013, a qual tem como proposta ações permanentes de divulgação e capacitação de boas práticas agrícolas no campo que proporcionem incremento da rentabilidade com preservação ambiental (EMATER, 2017). A atuação envolve várias técnicas da produção de alimentos, porém determina como principais frentes o manejo integrado de solos e água, a sanidade agropecuária, o manejo integrado de culturas (pragas, doenças e plantas daninhas) e o manejo e controle de formigas cortadeiras. Um exemplo de atividade da campanha é a parceria da Emater com a Unioeste de Marechal Cândido Rondon, na qual cinco agricultores disponibilizaram suas propriedades para que 20 alunos do curso de agronomia, juntamente com os técnicos da Emater, realizassem o monitoramento de pragas e doenças adotando o manejo integrado na cultura da soja, visando racionalizar o uso de agrotóxicos no tratamento das plantações (EMATER, 2016). Semanalmente, boletins informativos das regiões são disponibilizados com detalhamento sobre o clima, culturas, ataque de pragas e doenças nas unidades demonstrativas abrangidas pela campanha, além de serem desenvolvidos treinamentos e capacitações com agricultores.

No mesmo sentido, o Projeto Grãos, estabelecido desde o início dos anos 2000, trouxe consigo o objetivo de gerar um modelo de sistema de produção de grãos para as pequenas e médias propriedades que buscasse a sustentabilidade em todos os sentidos (ADEGAS e HARGER, 2007).

Em uma iniciativa voltada ao fomento de agroindústrias para agricultura familiar, foi criado em 2000 pelo governo do Estado do Paraná o Programa Fábrica do Agricultor, que tinha como objetivo a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar através da implementação de pequenas e médias agroindústrias, gerando emprego e renda, inserindo os agricultores no mercado com premissas na sustentabilidade (PEZENTI e BERTOLINI, 2011). Apesar da abrangência Estadual, o programa se desenvolveu de forma mais incisiva nas regiões Sudoeste e Oeste, aspecto que pode ser evidenciado em pesquisas como as de Amorim e Staduto (2008) e Pezenti e Bertolini (2011) que demonstram resultados muito positivos na regional da Emater de Cascavel, abrangendo assim municípios inseridos na BP3, além de

Macagnan et al. (2009) que demonstraram os benefícios para o município de Francisco Beltrão.

Com vistas ao apoio à qualificação da gestão das organizações da agricultura familiar, a Emater também desenvolveu trabalhos em cooperativas de agricultura familiar na BP3 através do Programa Mais Gestão. Por se tratar de um programa de âmbito federal, a Emater foi uma das executoras na região, o que se deu através de chamada pública, em 2012 e 2013, e desempenhou as atividades nos anos de 2014 a 2016, principalmente com o objetivo de qualificar as cooperativas e garantir o acesso aos mercados, envolvendo o auxílio para a coordenação de seus recursos, processos e estruturas, para a finalidade política, social e econômica (SEAD, 2017). Mesmo com a finalização do programa, algumas ações ainda são desenvolvidas para as cooperativas de modo informal através da Emater.

Por fim, considerando estas e demais ações desempenhadas pela Emater na BP3, pode-se inferir que a entidade pratica o desenvolvimento local da agricultura familiar e se enquadra, de certa forma, nos princípios citados pela nova Ater. Além disso, através da pesquisa-ação, e durante o desenvolvimento do estudo, notou-se que o desempenho da Emater para este foco na agricultura familiar e sustentabilidade é dependente da forma de atuação e visão de cada profissional do instituto, ao passo que na BP3, um número expressivo dos técnicos está voltado para a promoção da agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e às propriedades familiares. Provavelmente, isso se deva à própria estrutura fundiária, que sempre contou com pequenas propriedades, mas também, ao envolvimento de várias entidades, como a própria Itaipu Binacional e as universidades em dialogar e atuar sobre estes temas.

4.4 UNIVERSIDADES

Durante o estudo foi possível evidenciar que algumas universidades também se enquadram como atores no processo das ações de Ater na BP3. É o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, principalmente em seus *campi* de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu e da Universidade Federal de Integração Latino-Americana – Unila, de Foz do Iguaçu. Essas entidades se

envolvem, principalmente por meio de projetos de extensão universitária, no desenvolvimento rural sustentável da região e promovem ações que auxiliam os agricultores e a sociedade em geral.

Destacam-se nas universidades alguns cursos específicos que estão voltados para estas demandas, como é o caso dos cursos de Agronomia, Zootecnia e a Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, todos do Centro de Ciências Agrárias e também os cursos de História e Geografia do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste em Marechal Cândido Rondon. Na Unila, destaca-se, principalmente, o curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar destaca-se neste âmbito.

Algumas iniciativas podem ser citadas como exemplos neste trabalho desenvolvido pelas universidades em prol da agricultura através da extensão, a saber, o Núcleo de Estudos de Produção Agroecológica de Leite – Nepal da Unioeste de Marechal Cândido Rondon que, através de seu projeto, atua na região Oeste do Paraná e com o apoio do CNPQ, MDA e MCTI presta, desde 2014, assistência técnica a produtores de leite que apresentem potencial para a produção agroecológica em assentamentos da reforma agrária nos municípios de Diamante D'Oeste, Ramilândia e São Miguel do Iguçu, totalizando 67 produtores que além de recomendações para a produção mais sustentável, recebem análises da qualidade do leite periodicamente (NEPAL, 2015).

Além do Nepal da Unioeste, é relevante, também, o Laboratório de Geografia de Lutas do Campo e da Cidade – Geolutas, fundado em 2007 na Unioeste em Marechal Cândido Rondon, vinculado ao curso de Geografia, que tem o objetivo de realizar pesquisas que se dedicam à compreensão da subordinação, lutas e resistências construídas pelos diferentes sujeitos e classes organizadas nos movimentos sociais, sindicatos, associações, entidades e um conjunto de ações e manifestações verificadas no espaço urbano e rural. Mais do que isso, desenvolve ações de extensão rural, principalmente, em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e faxinalenses (GEOLUTAS, 2007).

O projeto de extensão Capacitação em Inclusão Digital para Cooperativas de Economia Solidária do Oeste do Paraná, com recursos do Ministério das Comunicações

através do programa “Redes Digitais”, juntamente com a Fundação Araucária, que realizou durante os anos 2015 e 2016 cursos de capacitação em informática de uma maneira inovadora para agentes da agricultura familiar, com tecnologias de informação e comunicação que os auxiliasse no dia-a-dia de suas atividades nas propriedades e nas cooperativas e associações (CORBARI et al, 2017).

O projeto de extensão “ações socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas” do curso de Ciências Sociais da Unioeste, *campus* de Toledo também é um exemplo na extensão universitária que trabalha principalmente na discussão com lideranças das comunidades indígenas e na troca de informações e saberes sobre os direitos indígenas e reivindicações desses povos (KAVA e NIEDERMAYER, 2014).

Outra iniciativa relevante é a inserção de feiras agroecológicas nos *campi* da Unioeste em Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu e no *campi* da Unila em Foz do Iguaçu. As feiras ocorrem uma vez por semana e tem o objetivo de fomentar a venda de produtos artesanais, orgânicos e agroecológicos, de ser um espaço cultural e de trazer os agricultores para um novo canal de comercialização, baseado em cadeias curtas que valorizem sua produção.

A disposição de uma área experimental pela Unioeste, em Entre Rios do Oeste, tinha o propósito de levar o local a ser uma vitrine para a produção agroecológica e também permite a interligação da pesquisa aplicada nas universidades com a aplicação de seus resultados nas propriedades dos agricultores através da extensão.

Além dos exemplos citados, várias outras iniciativas das universidades aproximam a Ater da agricultura na BP3. A promoção de eventos, seminários, reuniões técnicas, dias de campo, dentre outras, são ações de difusão de conhecimentos e troca de saberes que a extensão universitária fornece à sociedade e, em especial, aos agricultores familiares. Todas essas características também estão ligadas aos preceitos da nova Ater.

O Seminário de Extensão da Unioeste – SEU, que acontece desde 2000, é um exemplo de evento que reúne as iniciativas de extensão universitária por meio da apresentação de trabalhos e relatos de como a Unioeste desempenha serviços a favor da comunidade, incluindo as áreas rurais da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Outro exemplo é o curso de homeopatia desenvolvido pela Unioeste em

parceria com demais entidades e que trouxe para a universidade, além de profissionais técnicos na área, agricultores familiares e assentados da reforma agrária para a capacitação neste segmento.

A extensão universitária, conforme o pensamento freiriano, está presente nessa instituição atrelada ao serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático, baseada no diálogo e no respeito à cultura local, assim como no conceito de extensão das universidades públicas brasileiras (SERRANO, 2013). As atividades de extensão, em uma visão atual e futura, devem ter como objetivo prioritário o apoio solidário na resolução de problemas de grupos excluídos e/ou discriminados, dando-lhes a voz (SANTOS, 2011).

4.5 DISCUSSÃO ACERCA DAS DEMANDAS DE ATER NA BP3

Com o objetivo de elencar demandas e identificar oportunidades para a Ater na BP3, foi desenvolvida uma reunião que contou com vários atores envolvidos neste segmento. Estavam presentes representantes da agricultura familiar e em especial das cooperativas de comercialização desses agricultores, técnicos de Ater e suas respectivas entidades e coordenadores, membros da Itaipu Binacional, Fundação PTI, Iapar, Unicafe e também das universidades Unioeste e Unila.

Na ocasião, foram levantadas demandas pelos representantes da agricultura familiar e cooperativas, as quais foram discutidas e as entidades parceiras citaram oportunidades para auxiliar no atendimento. Os dados foram sistematizados e estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 3. Demandas e oportunidades elencadas pelos atores de Ater da BP3

Demandas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da Ater para produção orgânica, agroecológica e convencional existente • Ampliação da Ater para os agricultores • Acompanhamento técnico na área de comercialização • Ampliação na Ater para as agroindústrias • Ater para área contábil • Ampliação na Ater para produção animal • Formação para gestão nas diferentes áreas das cooperativas • Fortalecimento dos negócios em rede • Estreitar relações entre os técnicos e agentes de Ater • Garantir qualidade na atuação da Ater 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura dos RU's com demandas institucionais de alimentos • Possibilidade de instalação de Restaurante Popular com demanda institucional • Curso de capacitação sobre custo de produção pelas universidades • Apoio para formações em comercialização com técnicos capacitados na área • Trabalho de conscientização para cooperação com técnicos capacitados na área • Projeto para auxílio e estruturação de redes pela união das cooperativas • Curso de formação para dirigentes ministrado por técnicos capacitados na área • Universitários disponíveis para assessorias nas áreas de comunicação, jurídica, contábil • Articulação com o exército para compra direta das cooperativas • Abertura para conversas específicas de avaliação e ajuste da Ater

Fonte: O autor, com informações da reunião (2017)

Pode-se notar, a partir das demandas citadas pelos agricultores, que as principais considerações giram em torno do pedido de que se mantenha a Ater existente, desempenhada pelas entidades citadas neste artigo, além disso, que se busque, cada vez mais, a ampliação da disponibilidade do serviço público e gratuito, ainda que se tenha uma diversificação nas áreas abrangidas pelos técnicos, em especial no apoio à comercialização dos produtos, e por fim que os serviços desenvolvidos sejam realizados com qualidade.

Por outro lado, as oportunidades existentes demonstram o avanço nas parcerias e a disponibilidade das universidades, a capacidade de ampliação das demandas institucionais por produtos da agricultura familiar, a capacitação para agricultores em diferentes áreas do conhecimento e ainda a metodologia participativa de atuação e avaliação da Ater.

Os dados demonstram a similaridade da situação do caso em estudo com os princípios da nova Ater, evidenciando que a política construída de maneira participativa, enquanto aplicada e mantida, atende, de certa forma, as necessidades da agricultura familiar. Aproximam-se dessa relação as demandas e oportunidades por

interdisciplinaridade, a garantia da gratuidade e qualidade, a adoção de metodologias participativas, a garantia da soberania alimentar e nutricional, dentre outras.

Primo Junior *et al.* (2015), ao realizarem um estudo sobre a Ater na Bahia, evidenciaram que alguns elementos para o bom funcionamento dos serviços são a ampliação das chamadas públicas, o fortalecimento da rede de entidades prestadoras de serviços de Ater e o ordenamento dos serviços através de planos municipais ou territoriais. Além disso, a construção e o controle participativo para qualificação e a ampliação do acesso de agricultores familiares a outras políticas públicas (de crédito, comercialização, infraestrutura, saúde, educação) são fundamentais para os resultados da nova Ater e a emancipação social dos agricultores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo evidenciaram que a agricultura familiar na BP3 conta com várias iniciativas que auxiliam a nova Ater, beneficiando as propriedades e as famílias do campo. Uma consideração destacável é o apoio da Itaipu Binacional no fomento a estas atividades.

A forma de atuação revelou aproximação com o atendimento aos princípios do desenvolvimento rural sustentável com ações focadas na diversificação, no cultivo alternativo, no cuidado com o ambiente e com as pessoas; a gratuidade por existirem entidades financiadoras para esses serviços prestados; a adoção de metodologia participativa, considerando a opinião dos envolvidos para a tomada de decisões; o enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural com equipes técnicas e públicos beneficiários heterogêneos; a adoção de princípios da agricultura ecológica; e a contribuição para a soberania alimentar e nutricional pelo envolvimento em programas de alimentação e destinação de produtos saudáveis à localidade, enquadrando-se nos preceitos regidos pela nova Ater.

Cabe destacar que, mesmo este trabalho tendo evidenciado algumas entidades que desenvolvem ações no âmbito da Ater para a agricultura familiar na BP3, outras iniciativas também podem existir, como é o caso do programa de sustentabilidade do Banco do Brasil, que incentiva ações de desenvolvimento sustentável, da Cresol, que

também oferece serviços de assistência técnica para seus associados e de demais entidades que estão em consonância com a agricultura familiar.

As demandas elencadas expuseram a preocupação dos agricultores familiares e suas organizações com a continuidade, a ampliação e a garantia da qualidade dos serviços de Ater que beneficiam esta modalidade produtiva.

Esse estudo proporcionou uma visão da situação atual no caso em questão, sugerindo estudos constantes com vistas a avaliar a manutenção e que as diferentes realidades sejam desenvolvidas caracterizando o tema proposto.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

ADEGAS, F. S.; HARGER, N. Projeto Grãos da EMATER-Paraná. In: DOMIT, L. A.; LIMA, D. de.; ADEGAS, F. S.; DALBOSCO, M.; GOMES, C.; OLIVEIRA, A. B. de.; CAMPANINI, S. M. S. **Manual de Implantação do Treino e Visita (T&V)**. Londrina: EMBRAPA Soja, 2007. p. 42-47.

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento Territorial Rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, 2008.

ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Histórico da ATER no Brasil**. 2013. Disponível em: < <http://www.anAter.org/historia-extensao-rural.jsp> > Acesso em 18 setembro 2017.

AZEVEDO, P. R.; COLOGNESE, S. A.; SHIKIDA, P. F. A. Agroindústrias Familiares no Oeste do Paraná: um panorama preliminar. **Organizações Rurais e Agroindústrias**. Lavras, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2000.

BALDISSERA, A. Pesquisa-Ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.

BARBOSA, Y. R. de S. Mulheres Camponesas de Santa Catarina: semeando organização, Agroecologia e feminismo. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 20-25, 2015.

BETTA, B. M. D. Agricultura familiar agroecológica e os desafios da extensão rural no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2015. 81p. **Monografia** (graduação em agronomia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da União**. Câmara dos Deputados: Brasília, DF, Seção 1, 2010. p 1.

BROT FÜR DIE WELT. **Pão para o Mundo: Quem somos**. 2017. Disponível em: < <https://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo/> > Acesso em 23 outubro 2017.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER pública. Santa Maria: **EMATER**, 2003. 16p. Disponível em: < https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Bases+para+uma+nova+ATER+publica_000fcupm04h02wx5eo0a2ndxy5ggijfq.pdf > Acesso em 01 setembro 2017.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: Primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L.

(Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 9-34.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA. **O CAPA**: Histórico – Marechal C. Rondon. 2017. Disponível em: < <http://capa.org.br/page/historico-marechal-c-rondon/> > Acesso em 23 outubro 2017.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA. **O CAPA**: Apresentação. 2017. Disponível em: < <http://www.capa.org.br/page/apresentacao/> > Acesso em 23 outubro 2017.

CORBARI, F.; GREGOLIN, M. R. P.; MATTIA, V.; ZONIN, W. J. Extensão Universitária e Capacitação em Inclusão Digital para Cooperativas da Agricultura Familiar no Oeste Paranaense. **Vivências**, Erechim, v. 13, n. 24, p. 205-216, 2017.

DAMBRÓS, O.; CAPORAL, F. R.; PADILLA, M. C. A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil. **Extramuros – Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 3, n. 3, p. 1-15, 2015.

EMATER. **Mal. Cândido Rondon**: EmAter e Unioeste fazem parceria para divulgar boas práticas na agricultura. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2016. Disponível em: < <http://www.emAter.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4865> > Acesso em 23 outubro 2017.

EMATER. **Histórico da extensão rural oficial**: Uma história de compromisso com a agricultura do Paraná. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2017. Disponível em: < <http://www.emAter.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43> > Acesso em 23 outubro 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 150 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GODOY, A. S. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

INTYRE, I. P. M. O grande desafio da educação empreendedora cooperativa. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: IDAM, 2006. p. 81-84.

ITAIPU BINACIONAL. **Cultivando Água Boa: Sobre o Programa – Um movimento pela Sustentabilidade**. 2015. Disponível em: < <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa> > Acesso em 16 outubro 2017.

JONES, G. E; GARFORTH, C. The history, development, and future of agricultural extension. In: SWANSON, B. E; BENTZ, R. P; SOFRANKO, A. J. **Improving Agricultural Extension: a reference manual**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2007. 316 p.

KAWA, G.; NIEDERMAYER, N. R. Ações socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas: a comunidade indígena Tekoha Yhovy localizada no município de Guaíra- PR. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 6., 2014. Toledo. **Anais**. Toledo: Unioeste, 2014.

LABORATÓRIO E GRUPO DE PESQUISA DE GEOGRAFIA DE LUTAS NO CAMPO E NA CIDADE. **GEOLUTAS**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2007. Disponível em: < <http://www.unioeste.br/projetos/geolutas/> > Acesso em 16 outubro 2017.

LISITA, F. O. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. **EMBRAPA Pantanal**, Corumbá, 2005.

MACAGNAN, Z. da. S.; GRABASKI, C. N.; CAMPOS, F. do. R. de.; SOUZA, G.; FOLLADOR, F. A. C. Avaliação de performance do Programa Fábrica do Agricultor em Francisco Beltrão, PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 20, 2009. **Anais**. Fortaleza: UFC, 2009. p. 1-10.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE LEITE – NEPAL. **Projeto NEPAL**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2015. Disponível em: < <https://projetonepalblog.wordpress.com/> > Acesso em 16 outubro 2017.

NICHELE, F. S.; WAQUIL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n 12, p. 2230-2235, 2011.

OLIVEIRA, T. M. V. de. Amostragem não probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração online**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001.

PARANÁ (Estado). Decreto n° 4.966 de 29 de agosto de 2016. Institui o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 2016.

PARANÁ (Estado). Lei nº 17.447 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR). **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, nº 8.866, 2012.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação. **Textos para discussão 48**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. 50 p.

PEREIRA, M. C. B.; SCROCCARO, J. L. **Bacias Hidrográficas do Paraná**. Curitiba: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, 2010. 140 p.

PEZENTI, J. L.; BERTOLINI, G. R. F. Programa Estadual Fábrica do Agricultor: uma avaliação dos resultados. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS DE CASCAVEL, 10, 2011. **Anais**. Cascavel: Unioeste, 2011. p. 1-7.

PRIMO JUNIOR, J. F.; DIAS, W. J. V.; FONTES, I. L.; SANTOS, R. A. Assistência técnica e extensão rural: novos caminhos para o desenvolvimento rural sustentável. Salvador: **SEAGRI**, v. 9, n. 2, p. 68-71, 2015. Disponível em: < http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4_socioeconomia04v9n2.pdf > Acesso em 16 outubro 2017.

RIOS, G. L.; PEREIRA, R. de O. Assistência Técnica e Extensão Rural: contribuições para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9, 2011. **Anais**. Brasília: ECOECO, 2011. p. 1-13.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 117p.

SEAD. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Mais Gestão**: Sobre o programa. 2017. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-maisgestao/sobre-o-programa> > Acesso em 23 outubro 2017.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Artigos EXTELAR. João Pessoa: UFPA, 2013. Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf > Acesso em 23 outubro 2017.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

YIN, R. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BACIA DO PARANÁ 3

CHARACTERIZATION OF SOLIDARY COMMERCIALIZATION COOPERATIVES OF FAMILY FARM PRODUCTS IN PARANÁ 3 WATERSHED

RESUMO: As organizações associativas desenvolvem o fortalecimento dos agricultores familiares em um modelo solidário cuja dinâmica de cooperação para a comercialização de produtos busca inserir, de forma mais autônoma, os produtos dos pequenos produtores no mercado. Este trabalho teve como objetivo caracterizar as cooperativas solidárias de comercialização dos produtos da agricultura familiar na bacia do Paraná 3, destacando os mercados por elas acessados. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados levantamentos de dados nos sistemas das cooperativas e entrevistas informais. Concluiu-se que as cooperativas são fundamentais para que os agricultores comercializem seus produtos e que, para suas manutenções e progresso, devem ter o maior envolvimento dos associados somados a outros fatores, como a diversificação da produção, o fomento da produção orgânica e agroecológica e o acesso a novos mercados.

Palavras-chave: Políticas públicas, mercados, desenvolvimento rural sustentável.

ABSTRACT: The associative organizations improve the strengths of family farmers with a solidary model. The dynamic of cooperate to commercialization, insert with a bigger autonomy form the products of small producers in the market. This paper had as aim to characterize the solidary commercialization cooperatives from family farmers' products in Parana 3 watershed highlighting their access markets. To develop the study, it was realized a research in cooperatives database and informal interview. It could be concluded that the cooperatives are fundamental to the farmers hold the sale of their products. Besides, to cooperatives maintenance and progress, the members should become involved, diversify their production, improve the organic and agroecological production and the access to new markets.

Keywords: Public polices, markets, sustainable rural development.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é a principal e primária atividade responsável pela produção de alimentos e a agricultura de base familiar é a que fornece a maioria dos alimentos básicos para a população brasileira (MDA, 2009). Entretanto, por se tratarem de pequenas áreas que, em grande parte dos casos, não geram altas rendas, os agricultores acabam ficando aquém de auxílios que não podem subsidiar por conta própria, como por exemplo, a assistência técnica e gerencial, o acesso ao crédito, a gestão da propriedade e a manutenção e fortalecimento de sua comercialização.

Algumas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar foram criadas a partir dos anos 90 para preencher as lacunas acima destacadas, buscando minimizar esses problemas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf é um exemplo que surtiu efeito positivo no aporte ao crédito de custeio e financiamento com taxas de juros diferenciadas para os pequenos produtores. Já no âmbito da comercialização dos produtos, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae passaram a ter grande expressividade quando da aprovação da Lei 10.696/03, que instituiu o PAA, visando promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos a partir de produtos da agricultura familiar, e da aprovação da Lei 11.497/09 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, passou a determinar que no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do Pnae, devem ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Para ter acesso às políticas públicas de comercialização, os agricultores necessitaram um melhor planejamento de sua produção visando atender às demandas institucionais, além de garantir a melhor qualidade dos produtos a serem entregues. Preocupados com o setor produtivo, acabaram por enfrentar uma nova problemática que era a operacionalização dos programas institucionais e o acesso ao mercado. Assim, encontraram na fundação de cooperativas uma maneira pela qual pudessem realizar a operacionalização da venda dos produtos.

Além disso, a associação cooperativa surge como alternativa para aqueles que, por falta do capital, ficam marginalizados pelo sistema convencional e podem encontrar na solidariedade e na democracia, um meio de se manterem no campo com qualidade de vida e constituírem ou se enquadrarem em um contexto de desenvolvimento rural sustentável.

Este panorama também foi verdadeiro para a região Oeste do Paraná e, em especial, para a Bacia do Paraná 3, na qual, apesar de o cooperativismo já existir há muito tempo, os modelos de cooperativas instaladas abrangiam apenas o ramo do agronegócio, com produção pouco diversificada e trabalhando em grande escala. A partir das políticas públicas já mencionadas é que um movimento alternativo de criação de cooperativas específicas para a agricultura familiar foi alavancado e passou a compor uma realidade que atendesse à demanda daqueles agricultores que possuíam a diversificação de alimentos e necessitavam seu escoamento para a garantia de renda.

O objetivo deste estudo foi o de caracterizar as cooperativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da BP3 evidenciando os desenhos de mercados por elas construídos, o acesso às políticas públicas de comercialização e a relação com os mercados institucionais e convencionais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, além de entendida genericamente como aquela em que os meios de produção e o trabalho no estabelecimento produtivo são de detenção da família, deve ser enquadrada como uma forma social de agricultura (WANDERLEY, 1996) que contém nela mesma toda a diversidade (LAMARCHE, 1993 *apud* WANDERLEY, 1996).

Esta classe de produtores, além de apresentarem o aspecto produtivo, é a que pode gerar um desenvolvimento descentralizado no meio rural através da formação de uma sociedade civil rural, estabelecendo a cidadania no campo e resultando num novo

dinamismo que vai ao encontro da redução das diferenças entre vida social na cidade e no campo (ABRAMOVAY, 1997).

É a que também atende de maneira mais expressiva às dimensões de sustentabilidade que abrangem, além do modo de produção, as necessidades fundamentais às condições humanas, partindo do princípio de que o desenvolvimento só alcança os pretextos sustentáveis quando consegue atender essas necessidades. Boff (2014, p.139) define essas necessidades básicas como: “a subsistência, a proteção, o afeto (amar e ser amado), o entendimento (aceitar os outros como são e ser também aceito), a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultural e a liberdade”. A questão da sustentabilidade é definida numa sociedade quando ela se organiza e se comporta de forma sustentável, passando para outras gerações de modo a garantir a vida das pessoas, dos ecossistemas onde vivem e a proporcionar fundamentos de ação em comunidade no uso de recursos renováveis e recicláveis, praticando o cuidado com amor à única Terra que temos, como gesto de solidariedade com as gerações futuras (BOFF, 2014).

A agricultura familiar representa no Brasil 84,4% dos estabelecimentos rurais, distribuídos em menos de 25% da área total rural do país e é responsável por R\$54 bilhões do Valor Bruto da Produção e pela ocupação de cerca de 12.3 milhões de pessoas, além de ser a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. A região Sul do Brasil representa 19% dos estabelecimentos e 16% da área nacional ocupada pela agricultura familiar (MDA, 2009).

Os agricultores familiares – sobretudo, mas não apenas, no Sul do Brasil – Segundo Abramovay

vêm manifestando uma capacidade organizativa que responde em grande parte pela existência de políticas públicas inovadoras nesta área. No caso do PRONAF, por exemplo, o mais importante é o quadro de mudanças institucionais a que ele vem dando lugar, por meio das comissões municipais de desenvolvimento rural, das novas cooperativas de crédito e da ampliação impressionante da quantidade de agricultores com acesso ao sistema bancário. Independentemente do juízo que se faça destas políticas do governo, o importante é que – sobretudo por meio do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – a agricultura familiar hoje é uma força política da maior importância no País e responde por aquilo que durante tanto tempo foi tomado

como uma espécie de contradição nos termos: a construção de uma sociedade civil no meio rural (ABRAMOVAY, 2010 p.1).

As regiões dinâmicas ligadas à agricultura familiar têm fortalecido seus laços de cooperação visando à gradativa apropriação das políticas públicas dirigidas para a agricultura familiar. Quanto mais se potencializa o capital social no que diz respeito aos vínculos de confiança, normas e sistemas, mais se melhora e se aumenta a eficiência das ações coordenadas em sociedade (PUTNAM, 2006).

Influenciados principalmente pela modernização, passaram de camponeses que produziam visando a autonomia, a autossuficiência e ao ciclo demográfico para uma mistura confusa de diferentes modos de fazer agricultura, uns mais semelhantes ao modo camponês e outros mais próximos a verdadeiras empresas agrícolas que estão seguindo a lógica do mercado (PLOEG, 2008).

Lamarche (1999) evidenciou que quanto menor a dependência externa, inclusive do mercado, mais liberto e autônomo se torna o agricultor familiar, porém, ficar afastado desta dependência também pode ocasionar bloqueios e alienação.

Inseridos, então, em um contexto de mercado, mesmo não como sinônimo de capitalismo ou economia liberal (POLANYI, 1978), passam a se enquadrar no que se pode definir como agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1999) e podem encontrar na formação de redes de cooperação uma maneira de se estruturar para garantir um grau de concorrência com o varejo local, apesar de passarem a exigir cada vez mais a profissionalização no âmbito da qualidade e condições de abastecimento pelos produtos (SANTOS DE SOUZA, 2011).

Nesse sentido, a capacidade organizativa dos agricultores, aliada ao aumento das políticas de crédito e fomento da agricultura familiar, Pronaf, PAA e Pnae, refletiu-se na necessária união dos produtores familiares, o que possibilitou a organização da produção e, principalmente, a comercialização, permitindo o aumento da renda individual dos agricultores familiares, o que certamente não aconteceria com o mesmo êxito caso atuassem individualmente. Isso se confirma, quando se observa que o cooperativismo que deu mais certo, e até hoje domina segmentos importantes da agricultura, é o de comercialização, fazendo com que a prática solidária substituísse de alguma forma o capital faltante aos pequenos (SINGER, 2001). Nesse modelo, as cooperativas passaram a comercializar diretamente, sem intermediários.

2.2 COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

O cooperativismo tem em sua essência a união numa sociedade de pessoas que desejam atingir um objetivo em comum. As doutrinas históricas cooperativistas traziam como principal enfoque do cooperativismo a dimensão social e o consideravam como saída para a ascensão de grupos com menor disponibilidade de recursos, chegando a ser entendido como método para tornar os pobres felizes (PLOCKBOY, 1659 *apud* MLANDENATZ, 2003), um novo sistema de sociedade (OWEN, 1837 *apud* MLANDENATZ, 2003) ou uma maneira de emancipação para classes menos favorecidas (KING, 1829 *apud* MLANDENATZ, 2003).

Desde suas origens, no século XVIII e primeiras formações no século XIX, o cooperativismo foi impulsionado pela marginalização de determinado segmento da sociedade que, em condições desfavoráveis, viam na união uma possível alternativa (LAGO, 2009). Desde então, traziam consigo princípios norteadores para esse movimento, os quais embasam até hoje o sistema cooperativista. Sua formulação mais recente foi estabelecida pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que tem a função de preservar e defender estes princípios. **1- Adesão voluntária e livre:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas são aptas para utilizar seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas. **2- Gestão democrática:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são, também, organizadas de maneira democrática. **3- Participação econômica dos membros:** todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se, ao final do exercício, a cooperativa apura “sobras” (receitas maiores que as despesas), estas serão divididas entre os sócios até o limite do valor da movimentação de cada um, ou destinadas ao fortalecimento da cooperativa (cotas de capital e/ou reservas), sempre por decisão tomada na assembleia. **4- Autonomia e independência:** as

cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5-Educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam ao público em geral, particularmente aos jovens e aos líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. **6- Intercooperação:** as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. **7- Interesse pela comunidade:** as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, segundo políticas aprovadas pelos membros (SEBRAE, 2009 p. 10-11).

Apesar da persistência na preservação e na defesa destes princípios, a diferenciação evidenciada em cooperativas parece distanciar as organizações da fundamentação básica. Talvez ocasionado pelo que Guiddens (1991) define como descontinuidade da modernidade que, apesar de estabelecer formas de interconexão social com o mundo todo, desvencilha os sujeitos do que é tradicional e de ordem social, alterando as características íntimas e pessoais de suas existências cotidianas. Parte-se do princípio de que o que se evidencia na atualidade são “cooperativas modernas”, com caráter totalmente econômico, que apesar de terem seus fundamentos nas doutrinas elencadas, passam a não exercer de maneira compensatória os seus níveis de solidariedade, integração e reciprocidade.

Como alternativa à estas distorções do sistema, constituem-se as cooperativas de economia solidária, conceito existente desde antes dos preceitos do capitalismo e voltou nas últimas décadas como uma alternativa superior ao capitalismo. Não superior economicamente, mas sim entendendo que, a partir da solidariedade, é possível obter uma vida melhor (SINGER, 2002). Em paralelo, essa ideia defende ainda, que se deve fazer com que, através da união em sistemas cooperativos, o capital faltante àqueles

pequenos produtores seja substituído de certa forma pela economia de bases solidárias (SINGER, 2001).

Os pequenos agricultores, por falta de renda, não são fortalecidos e, geralmente, ficam marginalizados em relação ao sistema convencional e excludente (SINGER, 2001), o qual tem sido praticado nestas cooperativas modernas. Logo, passaram a ver nos conceitos de economia solidária uma saída para prosperar.

2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Também visando a pequenos produtores, dificultados pelo mercado e as formas de comercialização convencionais, um novo conceito para uma comercialização mais adequada e voltada à essa classe surge na França e começa a ser contextualizado no Brasil. Os circuitos curtos de mercado são aqueles que buscam retirar os atravessadores e inserir os produtos da agricultura familiar e ecológica em um comércio direto ao consumidor ou indireto com apenas um intermediário (DAROLT et al., 2013).

Esse conceito é inverso ao circuito convencional ou longo de comercialização, no qual estão inseridos grandes varejos e mercados em longas distâncias com a presença de intermediários. Segundo Rover e Riepe (2015) esses circuitos longos são acessados geralmente por produtos industrializados com fortes cargas de aditivos para conservação e causam um processo de mudança nos padrões de alimentação. Além disso, permitem que intermediários se beneficiem da maior parte do valor gerado com a comercialização, envolvem um maior custo energético e causam a centralização do processo comercial.

Acerca dessa questão, Gazolla e Schneider estabelecem uma associação com cadeias curtas ou redes agroalimentares curtas e as definem como:

Expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2017, p. 12).

São exemplos de cadeias curtas de comercialização as feiras livres, venda nas propriedades, lojas de agricultores, mercados dos agricultores, vendas de porta em porta, colheita direta nas propriedades pelos consumidores, comércio eletrônico, grupos de consumidores coletivos, (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2017; DAROLT et al., 2013) sistema de cestas à domicílio, feiras agropecuárias e eventos, restaurantes coletivos e vendas para programa de governo (DAROLT et al., 2013).

Essa modalidade de comercialização para cooperativas solidárias traz benefícios como o de possuir um estatuto regimentado, representar o agricultor na venda, comodidade e praticidade, constituir um espaço social, cultural e educativo, vislumbrar possibilidade de parcerias com o poder público, garantir escoamento de quantidade significativa, além de contribuir para a adoção de hábitos de consumo mais saudáveis (DAROLT et al., 2013).

Três aspectos importantes interligam as redes agroalimentares curtas com a economia solidária e o desenvolvimento sustentável: o primeiro se deve ao fato de estarem ligadas à territórios específicos, tradições de produção e culturas alimentares, o segundo por promoverem a inclusão de grupos socioeconômicos marginalizados ou excluídos do sistema agroalimentar dominante e o terceiro por serem ambientalmente amigáveis, apoiando a produção natural e ecológica (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2017). As cadeias curtas de abastecimento alimentar se tornam, então, elementos chave do desenvolvimento rural a partir da agregação de valor aos sistemas locais de produção e, com novas formas de associação e o apoio institucional, dão origem a novas relações de mercado (RENTING et al., 2017).

3 METODOLOGIA

Inicialmente, para o desenvolvimento desse estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados para embasar a linha de raciocínio e evidenciar os resultados em comparação ao aparato teórico disponível. A pesquisa bibliográfica busca fundamentar em teorias o objeto de estudo e, posteriormente, subsidiar a análise de dados (LIMA e MIOTO, 2007).

Este trabalho foi configurado sob a forma de estudo de caso, que é uma “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

O caso ora estudado envolveu seis cooperativas de comercialização de produtos da agricultura familiar da Bacia do Paraná 3, selecionadas pelo fato de serem beneficiárias do programa Cultivando Água Boa, desenvolvido pela Itaipu Binacional, a qual, através de um contrato com a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná – Biolabore, dispõe de três profissionais para assessoria às cooperativas. Cada profissional atua em duas cooperativas, auxiliando na área de gestão, desenvolvimento de projetos de acesso aos mercados institucionais e também, de captação de recursos, além de orientações para toda parte organizacional e administrativa/financeira.

Os dados foram coletados pelos técnicos de assessoria a partir de uma consulta no *Software* das cooperativas e, também, através de uma entrevista informal com diretores, colaboradores e associados. Duarte (2004) evidenciou que a entrevista é uma das principais formas para a pesquisa qualitativa e que quando apresentam um preparo teórico e competência por parte do pesquisador, podem fornecer um material empírico rico e denso o suficiente para ser utilizado como fonte de informação.

O envolvimento do entrevistador com os entrevistados categoriza o trabalho como uma pesquisa participativa, sistematizando as práticas interativas, mas também levando em conta as dimensões críticas, reflexivas e de emancipação (THIOLLENT, 2002).

A abordagem buscou elencar informações quantitativas e qualitativas para a caracterização das cooperativas e seus desenhos de mercado, para verificação do acesso às políticas públicas de produção e comercialização, bem como quanto à relação com estes programas institucionais.

A sistematização dos dados foi realizada no programa Microsoft Office Excel e a análise descritiva buscou dar ênfase às características observadas e discorrer sobre as mesmas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cooperativas estudadas foram a Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná - Coafaso, a Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa - Coopercam, a Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste - A Tulha, a Cooperativa de Agroecologia e da Agricultura Familiar - Coperfam, a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – Cooprafa e a Cooperativa de Produtores Orgânicos Gran Lago, todas exemplos de organizações que representam seus associados através dos princípios da economia solidária, atuando em vários canais de comercialização, desde programas institucionais e comércio atacadista, até a venda direta ao consumidor final, através de pontos de vendas e feiras livres.

Apesar de todas as cooperativas trabalharem com agricultores familiares na comercialização dos seus produtos, a Gran Lago e a Coopercam apresentam características específicas. A primeira, pelo fato de apresentar sua atuação apenas no beneficiamento e comercialização de ervas medicinais e a segunda por contar, em seu quadro social, com a maioria dos agricultores assentados da reforma agrária.

Quadro 4. Distribuição das cooperativas

Cooperativa	Município
Cooprafa	Matelândia
Gran Lago	Vera Cruz do Oeste
Coafaso	Foz do Iguaçu
A Tulha	Vera Cruz do Oeste
Coperfam	Quatro Pontes
Coopercam	São Miguel do Iguaçu

Fonte: O autor, 2017

Alguns apontamentos realizados pelos entrevistados na pesquisa referente à potencialidades que as cooperativas apresentam no setor de produção, industrialização e comercialização são: (i) potencial produtivo pelos agricultores familiares de produtos diversificados e de qualidade; (ii) apoios institucionais para captação de recursos; (iii)

políticas públicas de fomento ao crédito para implantação de agroindústrias familiares; (iv) mercado demandante de produtos orgânicos e da agricultura familiar; (v) políticas públicas de comercialização voltada às cooperativas de agricultura familiar.

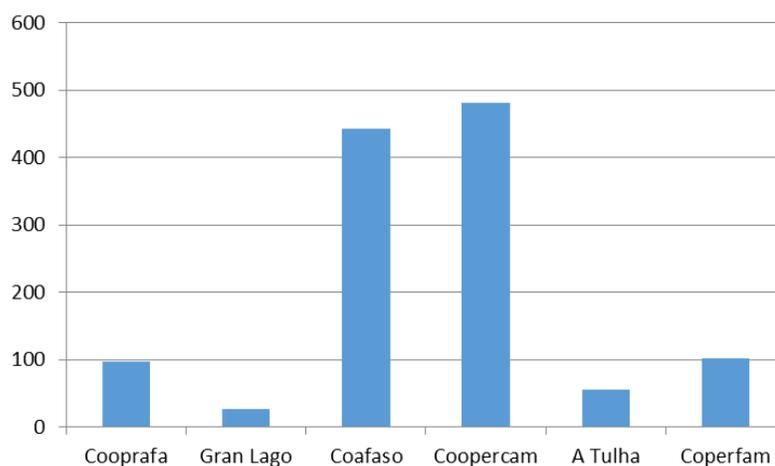
Em relação às dificuldades que as cooperativas enfrentam nos mesmos setores, também foram levantados alguns pontos pelos entrevistados: (i) falta de planejamento de produção com escalonamento para garantir quantidade e regularidade da oferta de produtos; (ii) pouca tecnologia apropriada para pequenas propriedades; (iii) intempéries climáticas e assistência técnica insuficiente; (iv) pouco envolvimento de associados nas ações e gestão das cooperativas; (v) dificuldades na legislação sanitária e de inspeção para produtos industrializados da agricultura familiar; (vi) concorrência com o mercado convencional; (vii) falta de capital de giro para as cooperativas.

Os próximos tópicos demonstram dados gerais de todas as cooperativas e são baseados no ano de 2016. As informações contidas são referentes ao decorrer do ano, com finalização em 31 de dezembro.

4.1 QUADRO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS

4.1.1 Quadro Social

Figura 1. Número de associados das cooperativas até o final de 2016



Fonte: O autor (2017)

O número mais expressivo de associados nas cooperativas Coafaso e Coopercam ocorre por fatores como a atuação em abrangência regional, para a qual apresenta cooperados em vários municípios onde já existiam associações de produtores constituídas e organizadas, também é fator relevante a representatividade de determinado segmento, como é o caso da Coopercam com o Movimento Sem Terra e o modelo de gestão descentralizado apenas da sede e passando para filiais ou outras áreas também a responsabilidade na manutenção da cooperativa. A Coafaso tem sua base de agricultores sócios em Foz do Iguaçu, Medianeira e Missal, já a Coopercam tem um grande número de sócios em São Miguel do Iguaçu, Ramilândia, Diamante D'Oeste, Santa Tereza do Oeste e Cascavel. As demais cooperativas apresentam não mais de 100 (cem) sócios, situação dada pelo seu tempo curto de criação, pela área de abrangência menor e pelos modelos de gestão mais centralizados.

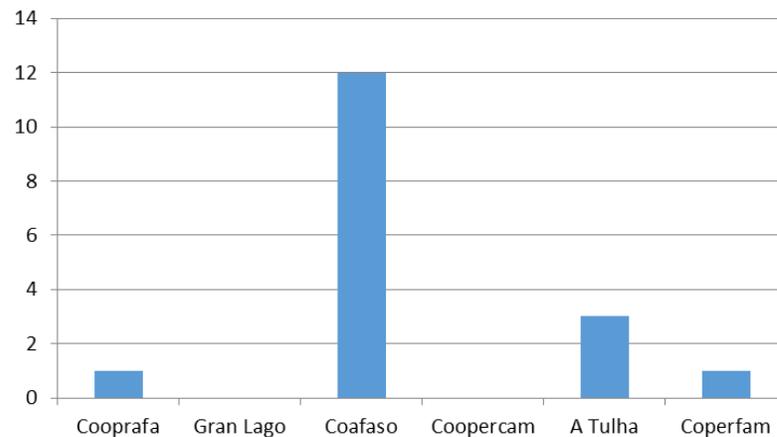
No que tange ao princípio da autogestão, as cooperativas que apresentam um grande número de associados precisam que eles estejam equilibrados política, econômica e gerencialmente, para que, da melhor forma, orientados pelas lideranças, atinjam o objetivo da cooperativa (SCHULZE, 1987).

Ademais, é salutar considerar não apenas o quadro social pelo número de sócios e sim pelo envolvimento do grupo na organização. Não é incomum que cooperativas acabem sendo entendidas por parte dos associados como empresas capitalistas tradicionais nas quais eles não fazem parte da gestão e das decisões sobre a organização. Ignácio e Sá Souza (2008) e Rosalem et al., (2009) evidenciaram que é necessário um processo efetivo de educação cooperativa para que os associados estejam em união e cooperando, sem que essa função fique apenas restrita aos diretores. Somente quando os laços de confiança, compromisso e cooperação mútua estiverem estabelecidos é que as cooperativas solidárias terão maior possibilidade de sucesso.

4.1.2 Funcionários

Em relação ao número de mão de obra contratada, fica evidente na figura 2 que as cooperativas estudadas possuíam poucos ou nenhum funcionário. Esse resultado pode ser relacionado às vias de comercialização, posto que aquelas cooperativas que possuem mão de obra contratada são as que dispõem de ponto de venda, com exceção da Coperfam. Esta relação provavelmente ocorre pelo fato de que nesse mercado convencional, a demanda por serviços, bem como as transações são ininterruptas, situação que não ocorre naquelas que só operam nos mercados institucionais e que, em determinadas épocas ou meses, como férias ou greves, podem não realizar operações. Isso resulta em uma não entrada de recursos e na impossibilidade de manutenção de um custo fixo com funcionários. A Coafaso foi a que apresentou maior número de contratados pelo fato de possuir pontos de vendas em suas quatro filiais.

Figura 2. Número de funcionários presentes nas cooperativas em 2016



Fonte: O autor (2017)

A análise da contratação de pessoas para atuação em cooperativas de economia solidária pode surtir pareceres diferenciados, dos quais, a maioria está voltada ao sustento ou não das definições de autogestão. As fundamentações da autogestão em empreendimentos econômicos solidários levam em conta que os processos de trabalho são todos realizados pelos participantes das organizações e que, externamente, devem ser considerados apenas apoios que não substituam o protagonismo dos associados.

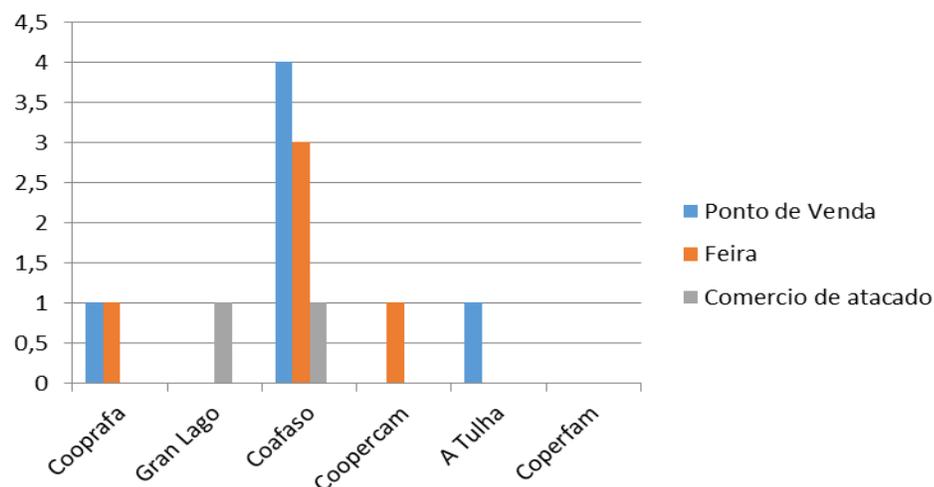
Diferentemente de empresas capitalistas em que a prática da heterogestão apresenta uma administração hierárquica e os trabalhadores do nível mais baixo sabem pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas e as ordens fluam de cima para baixo, na prática da autogestão as ordens e informações devem fluir de baixo para cima, ou seja, da assembleia de todos os sócios como autoridade máxima para os demais níveis de administração (SINGER, 2002).

A problematização da autogestão ocorre principalmente pelo desinteresse dos sócios em desempenhar atividades adicionais exigidas pela organização, por serem inseridos na economia solidária apenas como modo de produção ou vistas de negócios sem que apreciem as potencialidades da autogestão (SINGER, 2002), tornando-se, por isso, dependentes de trabalho de pessoas contratadas para o desempenho das tarefas administrativas.

Sob essa ótica, um trabalho contratado pode garantir a manutenção das cooperativas em que o envolvimento dos associados está comprometido. Tal ação envolve disponibilizar profissionais específicos para atuarem nas determinadas áreas gerenciais o que, no entanto, pode distanciar a organização dos preceitos básicos da economia solidária.

4.2 COMERCIALIZAÇÃO

Figura 3. Vias de comercialização das cooperativas em 2016



Fonte: O autor (2017)

Ao iniciar a análise sobre a comercialização das cooperativas estudadas, tem-se discriminado na figura 3 quais delas possuem pontos de comercialização. A abrangência regional da Coafaso possibilitou que houvesse um maior número de locais de venda como pontos de venda permanentes em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira e Missal, feiras livres em diferentes locais em Foz do Iguaçu e um box na Ceasa de Foz do Iguaçu como comércio de atacado. A Cooprafa e A Tulha também possuem pontos de venda permanentes, já a Gran Lago, por trabalhar especificamente com ervas medicinais, realiza a venda destes produtos no atacado.

Além destas vias de comercialização, com exceção da Gran Lago, todas comercializam produtos através de programas institucionais, principalmente o Pnae das escolas municipais e estaduais de seus municípios e região de abrangência.

A análise das vias de comercialização das cooperativas demonstra a ligação que as mesmas possuem com mercados institucionais e convencionais. Evidencia-se, então, a ligação direta das cooperativas estudadas com as definições de circuitos ou cadeias curtas de comercialização citadas por Darolt et al. (2013) e Gazolla e Schneider (2017) que ressaltam que empreendimentos econômicos solidários contemplam estas modalidades de mercado.

Os tópicos a seguir demonstram os resultados de comercialização das cooperativas individualmente no ano de abrangidos abrangência da pesquisa. Além disso, aborda algumas especificidades de diferentes produtos e canais de venda.

Considerou-se para o artigo a divisão dos produtos conforme seu tipo de produção em produtos da agricultura familiar não certificados, produtos em conversão e produtos orgânicos certificados. Isso devido ao fato de que, mesmo a maioria dos produtos não possuindo certificação, podem ser classificados de uma maneira diferenciada ao convencional, já que são produzidos por agricultores familiares que utilizam práticas agroecológicas alternativas e/ou que estão com suas propriedades em conversão para o orgânico, buscando a certificação.

Essas definições, se embasam no que Gliessmann e Filho (2004) classificaram como etapas da transição agroecológica, nas quais as propriedades passam inicialmente pela redução no uso de insumos externos, depois pela substituição destes insumos e então, pela certificação agroecológica propriamente dita.

4.2.1 Cooperativa da Agricultura Familiar do Oeste do Paraná – Coafaso

As figuras e quadros a seguir, demonstram a comercialização realizada pela cooperativa Coafaso durante o ano de 2016. Estão discriminadas as quantidades e valores comercializados de grupos de alimentos, os canais acessados e o tipo de produto, se convencional ou orgânico.

É perceptível a superioridade na quantidade de frutas, hortaliças, legumes e tubérculos, além de panificados. Isso se deve à maior demanda por estes grupos de produtos, tanto em mercados institucionais quanto convencionais, além de representar também, o estilo de produção dos associados, no qual a atividade se concentra principalmente, na produção de hortifrutigranjeiros.

Em relação à venda de produtos com certificação orgânica e produtos da agricultura familiar não certificados, a cooperativa apresenta dados relevantes relacionados a comercialização de produtos certificados comparados com o restante das cooperativas.

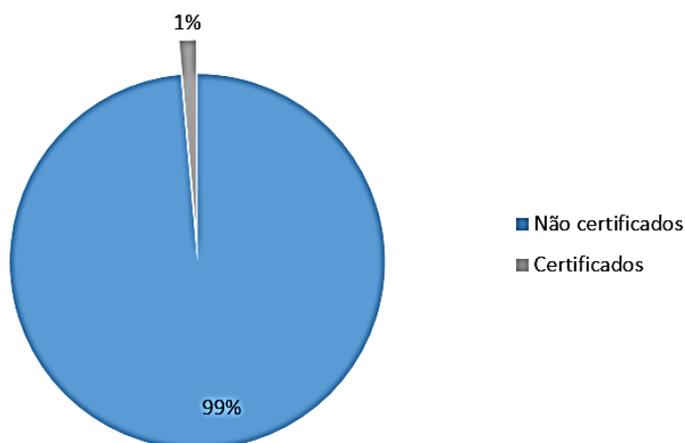
Quadro 5. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016

Produtos Comercializados	Não certificados	Certificados
Frutas	515906,15	3055,25
Legumes e Tuberculos	234074,45	2681,49
Hortaliças /sementes/temperos	222926,02	7117,49
Panificados	114148,01	
Leite e derivados	36094,91	6,63
Bebidas, sucos e polpas	31100,61	55,00
Ovos	27796,53	136,00
Carne de Aves	20378,58	
Açúcar/ cana e derivados	16540,44	3270,02
Doces e compotas	11113,66	18,00
Farinha/Polvilho/Derivados de milho	10920,59	815,00
Grãos	8131,83	468,00
Carne Suina	5766,86	
Outros Produtos	4490,95	
Peixes	2866,41	
Mel	2601,52	73,00
Ervas e chás e outros medicinais	2562,00	16,00
Azeites e gorduras	1756,21	40,00
Produtos de limpeza	673,00	
Conservas	569,00	
Café e achocolatado	476,53	112,00
Carne Bovina	286,00	
Sal e Condimentos	167,00	
Produtos de beleza	44,00	
Massas (macarrão, lasanha, etc)	0,00	247,00
TOTAL	1.271.391,26	18.110,88

Fonte: O autor, com dados da Coafaso (2017)

Cumpra ressaltar que, apesar dessa consideração, a quantidade de produtos certificados em relação ao montante total ainda é muito pequena.

Figura 4. Quantidade (%) total comercializado em 2016



Fonte: O autor, com dados da Coafaso (2017)

Em relação aos caminhos de comercialização acessados, em 2016 a Coafaso representou seus agricultores na venda através de mercados institucionais, que foram o PNAE municipal de Foz do Iguaçu, Medianeira e Missal, o Pnae estadual de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Missal e Itaipulândia e ainda o PAA Compras Institucionais da Capitania Fluvial de Foz do Iguaçu. E ainda, através de mercados convencionais que foram os pontos de comercialização de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira e Missal e o box na Ceasa de Foz do Iguaçu.

O quadro a seguir, demonstra os valores comercializados nestas vias de comercialização, divididos pelos grupos de alimentos.

Quadro 6. Valores (R\$) comercializados pela Coafaso em 2016

Produtos	PNAE	PAA	CEASA	Ponto de Venda
Frutas	635013,85	201,4	184765,00	154339,20
Hortaliças /sementes/temperos	207846,34	65,5	168223,90	89611,31
Legumes e Tuberculos	375207,76	81,45	170435,50	128110,40
Leite e derivados	14846,80		586,42	236510,30
Outros Produtos			16,00	12154,21
Grãos	4783,35			50647,20
Mel			88,60	49794,65
Panificados	777625,01		423,12	212373,90
Carne Suina			1860,47	103078,30
Carne de Aves			4449,41	263891,10
Ovos	3179,71		260,25	52740,35
Doces e compotas	32064,47			42257,01
Sal e Condimentos				943,81
Bebidas, sucos e polpas	173882,11			39168,83
Conservas				4052,06
Produtos de beleza				1021,37
Produtos de limpeza				2785,20
Azeites e gorduras				20423,70
Café e achocolatado				3204,16
Ervas e chás e outros medicinais				20131,70
Açúcar/ cana e derivados	12847,70		475,50	80334,28
Carne Bovina				2287,20
Peixes	19550,63			30143,46
Farinha/Polvilho/Derivados de milho	11778,26		342,21	24150,75
TOTAL	2.268.625,99	348,35	531.926,34	1.624.154,44
			TOTAL GERAL	4.425.055,12

Fonte: O autor, com dados da Coafaso (2017)

Nota-se que no Pnae os valores mais significativos são os relativos às frutas, hortaliças/sementes/temperos, legumes e tubérculos, panificados e polpa de frutas. Isso ocorre pelo fato de uma grande quantidade ter sido fornecida e também por produtos como os panificados e polpas terem um maior valor agregado.

Na Ceasa, o grupo das frutas, hortaliças/sementes/temperos, legumes e tubérculos foi os mais evidente já que o principal comércio no local é destes produtos no atacado.

Nos pontos de venda, também esses produtos se destacaram, mas além deles, outros tiveram uma participação significativa. É o caso da carne de aves que, além de ser muito demandada pelos consumidores de frango caipira e semi caipira, tem um valor agregado. O leite e derivados como queijo e nata também são muito procurados pelos consumidores, bem como o grupo de açúcar/cana e derivados, no qual o melado e o açúcar mascavo se destacam nas vendas.

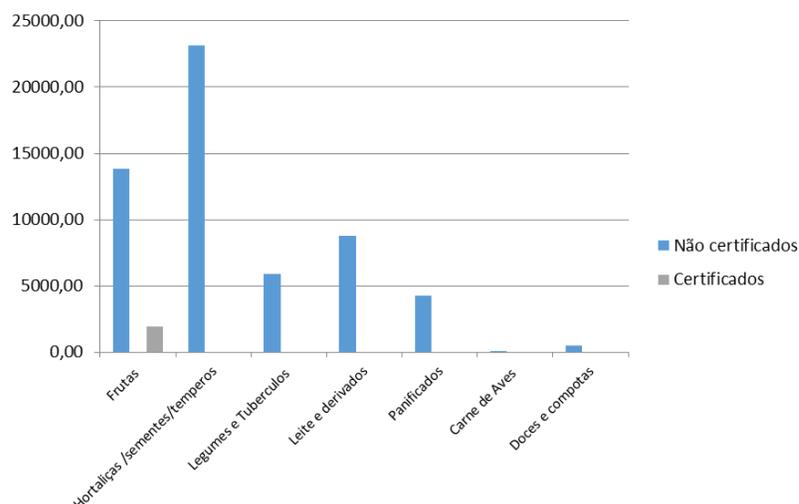
É importante considerar que uma pequena porcentagem dos produtos comercializados nos pontos de venda não é de associados, mas foi adquirido de terceiros para complementar a diversidade de produtos. São casos dos produtos de beleza, café e achocolatado, dentre outros.

4.2.2 Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa – Coopercam

Os mercados acessados pela Coopercam em 2016 foram o Pnae municipal de São Miguel do Iguaçu com certa quantidade de leite, bolacha e polpa de frutas, o Pnae estadual em diversos municípios e com diversos produtos, o box na Ceasa e o ponto de venda da Coafaso em Foz do Iguaçu através de uma parceria entre as duas cooperativas.

A figura abaixo apresenta a quantidade de comercialização realizada no ano de 2016 pela cooperativa Coopercam.

Figura 5. Quantidade (Kg) de produtos comercializados em 2016



Fonte: O autor, com dados da Coopercam (2017)

Evidencia-se um número de grupos mais seletos em relação à diversidade de produtos, nos quais se destaca a comercialização de frutas, hortaliças, legumes e tubérculos, leite e panificados.

Quadro 7. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016

Produtos Comercializados	Não certificados	Certificados
Hortaliças /sementes/temperos	23155,50	
Frutas	13847,17	1932,94
Leite e derivados	8784,00	
Legumes e Tuberculos	5908,89	
Panificados	4273,00	
Doces e compotas	495,00	
Carne de Aves	21,33	
TOTAL	56.484,89	1.932,94

Fonte: O autor, com dados da Coopercam (2017)

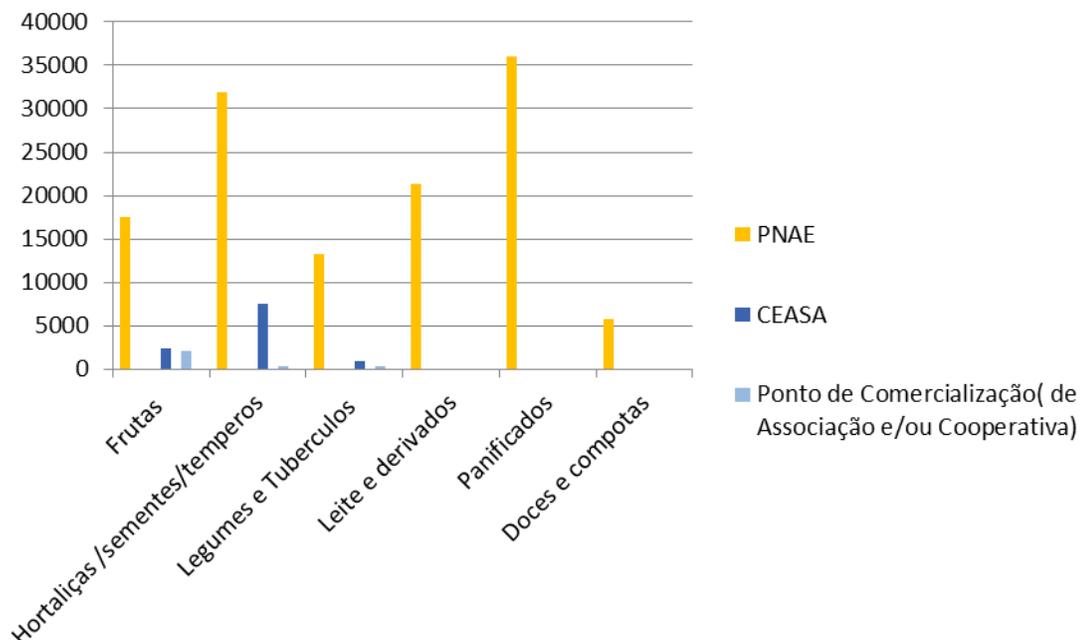
Figura 6. Quantidade (%) total comercializado em 2016



Fonte: O autor, com dados da Coopercam (2017)

A figura 7 demonstra os valores vendidos pela cooperativa em 2016 para seus caminhos de comercialização acessados. Apesar de apresentar uma parcela de comercialização para mercados convencionais, a cooperativa está fortemente dependente de programas institucionais para a venda dos produtos.

Figura 7. Valores (R\$) comercializados pela em 2016



Fonte: O autor, com dados da Coopercam (2017)

4.2.3 Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste – A Tulha

As informações a seguir se reportam à comercialização referente ao ano de 2016 da cooperativa A Tulha. Os gráficos e quadros representam as quantidades e valores comercializados divididos em grupos de produtos e tipos de produção.

A comercialização da referida cooperativa em 2016 se deu pelo o aprimoramento do Pnae Municipal que, em articulação com a prefeitura e nutricionistas, permitiu aumentar a quantidade e diversidade de produtos a serem entregues. Outro ponto considerável é a aproximação do associado com a cooperativa, relação que nos anos anteriores estava conturbada por motivos administrativos e organizacionais. Esses fatores, aliados a um foco de vendas no ponto de comercialização para os produtos dos agricultores da região, fizeram com que o valor total aumentasse em 2016 em comparação ao ano anterior, por exemplo.

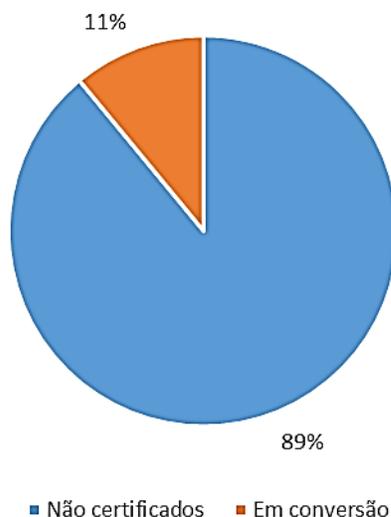
Quadro 8. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016

Produtos Comercializados	Não certificados	Em conversão
Hortaliças /sementes/temperos	55876,00	5000,00
Frutas	52100,00	8860,00
Legumes e Tuberculos	33433,00	8800,00
Polpas, sucos e bebidas	20000,00	
Carne de Aves	8000,00	
Panificados	7230,00	
Grãos (Arroz e feijão)	2600,00	300,00
Produtos de limpeza	1500,00	
Salgadinhos e sorvetes	1000,00	
Embutidos	800,00	
Leite e derivados	700,00	
Massas (macarrão, lasanha, etc)	500,00	500,00
Queijos	500,00	
Doces, melado e derivados	500,00	
Ração para animais	400,00	
Temperos/Condimentos	360,00	
Café e açúcar	300,00	
Cereais (Pnae)	200,00	200,00
Mel	200,00	
Conservas	200,00	
Azeites e gorduras	200,00	
Ervas e chás e outros medicinais	200,00	
Embalagens	200,00	
Ervas aromáticas kg	200,00	
Ovos	140,00	
TOTAL	187.339,00	23.660,00

Fonte: O autor, com dados da A Tulha (2017)

A comercialização frente ao tipo de produção se diferencia por não apresentar a venda de produtos orgânicos certificados, aspecto, provavelmente, ocasionado pelos mercados acessados pela cooperativa, mas principalmente pela falta de oferta deste tipo de produtos pelos associados. Embora, os produtos não apresentem certificação de orgânicos, nota-se que uma parcela deles está em conversão para tal prática e que, de certo modo, utilizam de técnicas agroecológicas.

Figura 8. Quantidade (%) total comercializado em 2016



Fonte: O autor, com dados da A Tulha(2017)

Em relação ao valor em reais comercializado no ano de 2016, são significativas também as categorias de hortifrutigranjeiros, mas com destaque também para a carne de aves e as polpas, sucos e bebidas. O grande consumo somado ao valor agregado destes produtos são o que explicam os resultados obtidos.

Outro apontamento importante a ser realizado é o fato de A Tulha ter como seu principal caminho de comercialização o ponto de venda, mostrando uma menor ligação à programas institucionais.

Quadro 9. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016

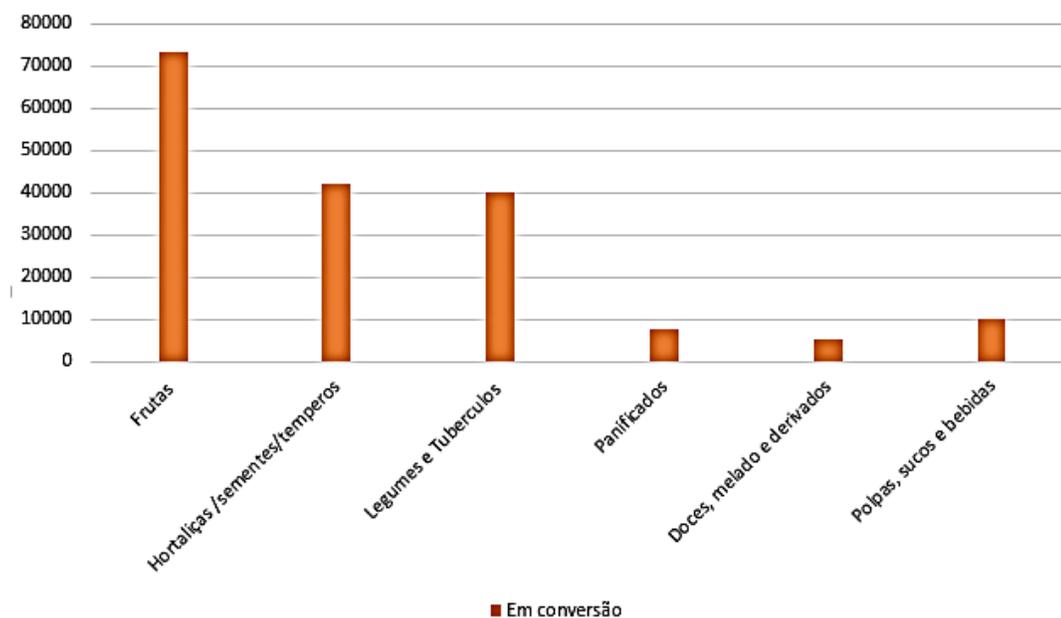
Produtos	Pnae	Ceasa	Ponto de Venda
Ervas aromáticas kg			400
Frutas	20378,00		140670,00
Hortaliças /sementes/temperos	10000,00	36000,00	98102,40
Legumes e Tuberculos	21120,00	30000,00	70299,00
Leite e derivados			1470,00
Cereais			600,00
Grãos	900,00		7800,00
Massas (macarrão, lasanha, etc)			2000,00
Mel			2000,00
Panificados	48000,00		9840,00
Embutidos			4000,00
Queijos			6000,00
Carne Suina			0,00
Carne de Aves			104000,00
Ovos			560,00
Doces, melado e derivados			5500,00
Temperos/Condimentos			720,00
Polpas, sucos e bebidas			140000,00
Conservas			1000,00
Produtos de limpeza			6000,00
Azeites e gorduras			600,00
Café e açúcar			1500,00
Ervas e chás e outros medicinais			400,00
Ração para animais			4400,00
Embalagens			400,00
Salgadinhos e sorvetes			4000,00
TOTAL	100.398,00	66.000,00	612.261,40
	TOTAL GERAL		778.659,40

Fonte: O autor, com dados da A Tulha (2017)

4.2.4 Cooperativa de Agroecologia e da Agricultura Familiar – Coperfam

As informações a seguir se referem à comercialização da Coperfam no ano de 2016, também especificadas em algumas características.

Figura 9. Quantidade (kg) de produtos comercializados em 2016



Fonte: O autor, com dados da Coperfam (2017)

A quantidade de produtos comercializados pela cooperativa Coperfam se concentra em produtos não certificados que estão em estágio de conversão, principalmente as classes do Pnae, como frutas, doces, panificados, polpa de frutas, hortaliças e legumes.

Isso se deve ao fato de que, embora o foco produtivo da Coperfam seja em produtos orgânicos e agroecológicos, o contrato do Pnae é firmado para entrega de produtos convencionais, devido a dificuldade e as características do contrato, pois, caso fosse escolhida a entrega de produtos orgânicos, a totalidade entregue em cada município deveria corresponder à opção, o que se tornaria um empecilho devido a pouca quantidade de produtos que recebam a certificação orgânica.

Quadro 10. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016

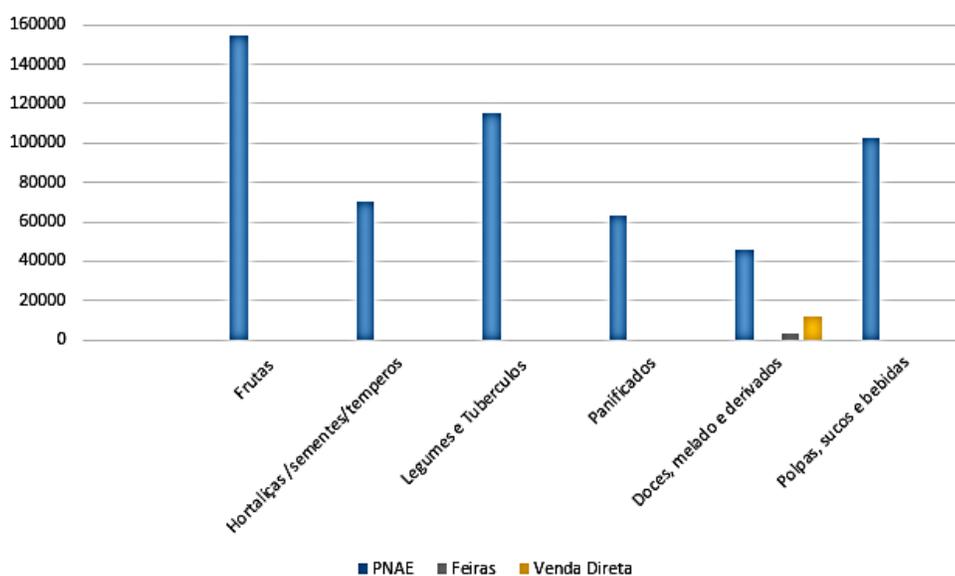
Produtos Comercializados	Em conversão
Frutas	73500,00
Hortaliças /sementes/temperos	42000,00
Legumes e Tuberculos	40100,00
Polpas, sucos e bebidas	10200,00
Panificados	7900,00
Doces, melado e derivados	5200,00
TOTAIS KG	178.900,00

Fonte: O autor, com dados da Coperfam (2017)

Sobre a quantidade de produtos entregues aos canais de comercialização pela Coperfam, praticamente a totalidade de produtos comercializados foi via o Pnae. Em 2016, uma pequena quantidade também foi vendida em feiras e por meio de venda direta, mas irrisória se comparada ao programa institucional.

Contatos e articulações com empresas de varejo da região oeste do Paraná foram firmados com a Coperfam em 2016, principalmente para o doce de frutas, entretanto, a venda direta não teve evolução devido ao pouco poder de investimento (no setor de logística e representantes) e a ausência de funcionários e associados para colaborar na gestão deste canal.

Figura 10. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016

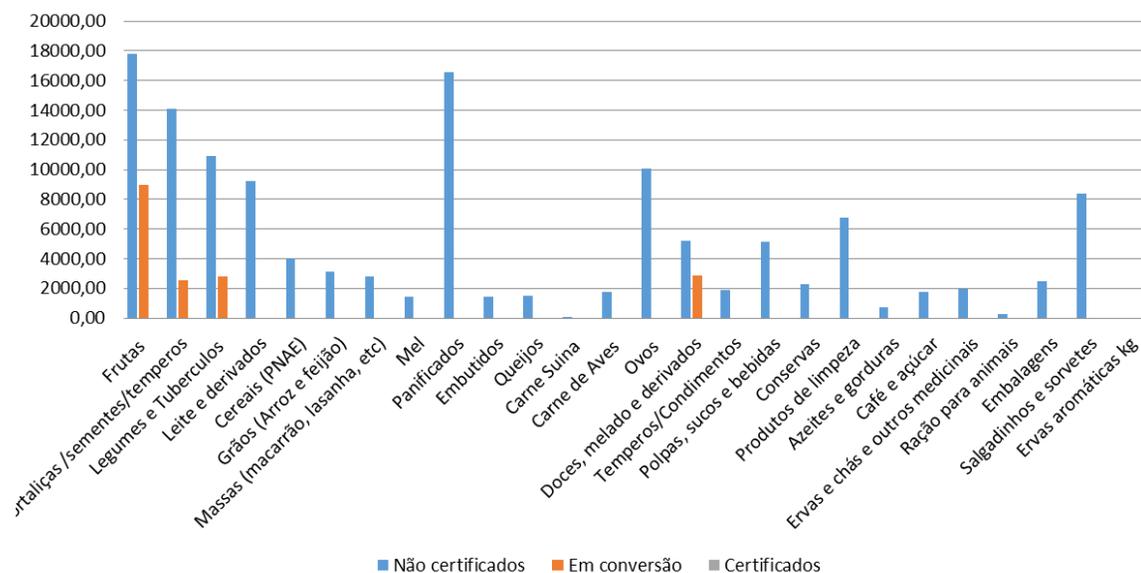


Fonte: O autor, com dados da Coperfam (2017)

4.2.5 Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – Cooprafa

As figuras e quadros a seguir, demonstram a comercialização realizada pela cooperativa Cooprafa no ano de 2016 em suas vias de comercialização, separadas por grupos de produtos e tipos de produção.

Figura 11. Quantidade (Kg) de produtos comercializados em 2016



Fonte: O autor, com dados da Cooprafa (2017)

Observa-se que dentre a quantidade de comercialização dos produtos convencionais destacam-se os produtos hortifrutigranjeiros, panificados e produtos derivados do leite. Entre os produtos denominados em conversão, destacou-se as hortaliças, os legumes e tubérculos e as frutas. É interessante considerar também, que para se ter uma diversificação de produtos no ponto de venda da cooperativa, alguns industrializados são adquiridos de empresas terceiras, como é o caso dos produtos de limpeza, café e açúcar, sorvetes e demais.

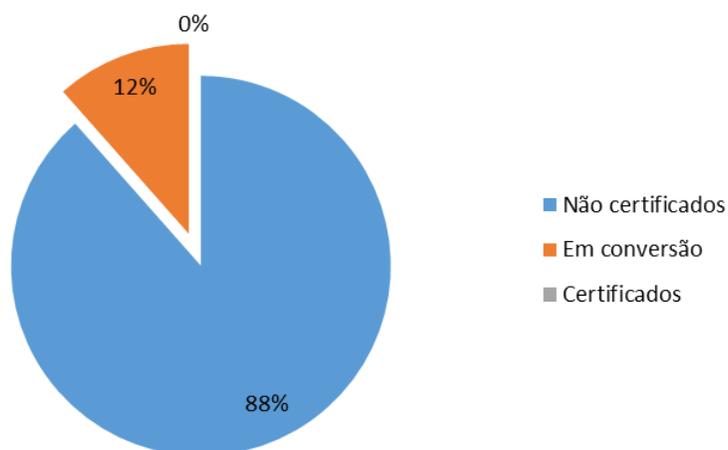
Quadro 11. Quantidade (Kg) comercialização de produtos em 2016

Produtos Comercializados	Não certificados	Em conversão
Frutas	17808,45	8972,00
Panificados	16550,41	
Hortaliças /sementes/temperos	14073,70	2535,00
Legumes e Tuberculos	10887,07	2782,00
Ovos	10052,08	
Leite e derivados	9234,40	
Salgadinhos e sorvetes	8403,48	
Produtos de limpeza	6742,12	
Doces, melado e derivados	5226,43	2865,00
Polpas, sucos e bebidas	5111,50	
Cereais (PNAE)	4004,94	
Grãos (Arroz e feijão)	3150,76	
Massas (macarrão, lasanha, etc)	2800,96	
Embalagens	2455,03	
Conservas	2291,69	
Ervas e chás e outros medicinais	1968,00	
Temperos/Condimentos	1858,00	
Café e açúcar	1772,00	
Carne de Aves	1757,25	
Queijos	1503,51	
Embutidos	1461,62	
Mel	1446,00	
Azeites e gorduras	740,40	
Ração para animais	240,00	
Carne Suína	49,97	
TOTAIS KG	131.589,75	17.154,00

Fonte: O autor, com dados da Cooprafa (2017)

Em relação ao tipo de produção, o quadro acima e a figura 12, apresentam um panorama geral considerando as categorias existentes, das quais, 88% dos produtos são produtos não certificados da agricultura familiar e 12% são caracterizados como em conversão, o que evidencia, novamente, que parte dos produtores fornecedores possuem suas propriedades em conversão ou com a utilização de práticas agroecológicas, porém sem a certificação.

Figura 12. Quantidade (%) total comercializado em 2016



Fonte: O autor, com dados da Cooprafa (2017)

Em relação aos valores comercializados para cada via, observa-se que os mercados acessados pela Cooprafa são o Pnae e o ponto de venda da cooperativa. Os panificados se destacam por serem entregues em uma quantidade considerável para a merenda escolar e por apresentarem valor agregado ao produto.

Quadro 12. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016

Produtos	Pnae	Ponto de Venda
Frutas	30276,95	27548,00
Hortaliças /sementes/temperos	20780,18	22678,21
Legumes e Tuberculos	32181,55	15098,75
Leite e derivados	24731,95	15599,41
Cereais (PNAE)	6378,44	20129,35
Grãos	1727,08	17528,39
Massas (macarrão, lasanha, etc)	12339,59	15226,83
Mel		15906,20
Panificados	80704,96	20176,24
Embutidos		21076,38
Queijos		27840,30
Carne Suina		531,67
Carne de Aves		22240,59
Ovos	11118,95	31802,64
Doces, melado e derivados	1924,95	35564,23
Temperos/Condimentos		13800,75
Polpas, sucos e bebidas	16539,10	24059,90
Conservas		13210,95
Produtos de limpeza		27551,92
Azeites e gorduras		4261,57
Café e açúcar		12603,00
Ervas e chás e outros medicinais		12400,00
Ração para animais		823,32
Embalagens		12707,00
Salgadinhos e sorvetes		16379,52
TOTAL	238.703,71	446.745,12

Fonte: O autor, com dados da Cooprafa (2017)

4.2.6 Cooperativa de Produtores Orgânicos - Gran Lago

Deve-se considerar que a cooperativa Gran Lago comercializa produtos compondo a categoria dos orgânicos e em conversão, em especial em 2016, quando a cooperativa desistiu da certificação paga, através da Tecpar, e assim, boa parcela foi comercializada apenas como em conversão.

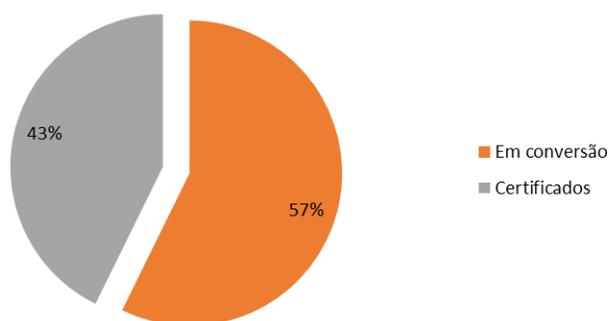
A cooperativa Gran Lago se difere das outras cooperativas atendidas devido à produção e comercialização exclusiva de plantas medicinais.

Quadro 13. Quantidade (Kg) de produtos comercializados em 2016

Produtos Comercializados	Em conversão	Certificados
Ervas aromáticas	350	261

Fonte: O autor, com dados da Gran Lago (2017)

Figura 13. Quantidade (%) total comercializada em 2016



Fonte: O autor, com dados da Gran Lago (2017)

Na figura 13, demonstra-se o percentual de vendas realizadas de produtos como em conversão, exatamente pela desistência da cooperativa em ter sua certificação como orgânica concedida pela certificadora Tecpar. Acerca desse aspecto, a Gran Lago alegou ter grandes dificuldades financeiras para manter esse processo de certificação.

O valor da comercialização demonstra a especificidade de seu produto, o qual, mesmo não tendo sido vendido em quantidade muito grande, teve um resultado considerável graças ao valor agregado do produto.

Quadro 14. Valores (R\$) comercializados no ano de 2016

Produto	Venda direta
Ervas aromáticas	26672,00

Fonte: O autor, com dados da Gran Lago (2017)

4.3 DISCUSSÃO ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO

Em análise e comparações das informações supracitadas, algumas inferências podem ser importantes para a discussão. A primeira delas se reporta à comercialização de produtos orgânicos, a qual, em todas as cooperativas, exceto a Gran Lago, teve um percentual baixo em relação à produtos convencionais. Tal fato, provavelmente, seja ocasionado pela baixa oferta desses produtos pelos agricultores familiares que, apesar de utilizarem de técnicas mais conservacionistas e ecológicas de produção se comparado à grandes escalas, ainda têm dificuldades na total conversão de suas propriedades para orgânica ou agroecológica certificada.

Algumas pesquisas apontam como dificuldades na produção orgânica o baixo nível de escolaridade dos agricultores, o acesso limitado à assistência técnica (BARBOSA e SOUZA, 2012) a falta de divulgação e o associativismo (LOSS e ROMAGNHA, 2008), os desafios ligados à certificação (FONSECA e NOBRE, 2005), baixa biodiversidade dos sistemas, à pouca integração de atividades e ao equilíbrio ecológico insuficiente, ao manejo ecológico da água e do solo (SOUZA, 2011), dentre vários outros fatores ligados ao avanço deste sistema.

Outra observação importante se refere aos mercados acessados pelas cooperativas, já que as informações nos resultados demonstram expressiva dependência das cooperativas à mercados institucionais para a comercialização. Mais do que isso, é interessante destacar a diferença nos resultados entre as cooperativas que apresentam pontos de venda permanentes com as que apenas acessam mercados institucionais, já que nas primeiras, a diversidade de produtos comercializados e, em geral, a quantidade, é maior.

Quadro 15. Diversidade de produtos comercializados e faturamento total anual das cooperativas em 2016

Cooperativa	Quantidade de grupos de produtos	Faturamento total anual
Coafaso	25	R\$ 4.425.055,12
Coopercam	7	R\$ 139.141,10
A Tulha	25	R\$ 778.659,40
Coperfam	6	R\$ 464.386,00
Cooprafa	25	R\$ 446.745,12
Gran Lago	1	R\$ 26.672,00

Fonte: O autor, 2017

Estevam et al. (2015), ao analisar os espaços de comercialização de seis cooperativas de agricultores familiares do Sul Catarinense, evidenciou que os principais canais de comercialização acessados são as feiras livres e os programas governamentais. Da mesma forma, Costa et al. (2015) destacou as compras governamentais como principal mercado acessado por 19 cooperativas no Estado de Minas Gerais.

A discussão sobre a dependência de agricultores familiares e suas organizações de políticas públicas de comercialização também é objeto de várias pesquisas e discussões. Para Constanty (2014), o Pnae representa um importante canal de comercialização, principalmente para a garantia de determinada quantidade de produtos e para a venda de excedentes de produção, porém, sozinho não fornece às propriedades a manutenção econômica necessária, devendo os produtores ter a liberdade para optar por outros caminhos. Rosa e Sacco dos Anjos (2014) citam que as políticas deveriam fortalecer a agricultura familiar e seus atores dando-lhes autonomia para explorar novos mercados para seus produtos em um longo prazo. Já para Melo (2015), políticas públicas como o PAA em assentamentos da reforma agrária acabam se revelando como mecanismos de controle público do governo sobre a população.

Em âmbito nacional, a comissão Pró-Índio de São Paulo, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento Sem Terra (2014) realizaram um amplo estudo dos mercados institucionais e estabeleceram a partir de análises de diferentes populações que acessam esses programas que tais iniciativas de mercado ajudam a tirar os agricultores da sombra da economia, além de alterar sabores e cenários no âmbito da alimentação. Essas experiências brasileiras têm servido de exemplo para outros países. De qualquer forma, os mercados institucionais contemplam diversos entraves, conquistas e desafios dos quais, o maior deles está no fortalecimento da organização da cooperação. Ainda finaliza recomendando que os agricultores e suas organizações devem se preocupar com a evolução em outras comercializações (feiras, vendas diretas) e na industrialização (CPI, MAB, MST, 2014).

Outro fato notório nos resultados foi a parceria estabelecida entre algumas cooperativas para a comercialização, como é o caso da venda de produtos da Coopercam e da A Tulha no box da Coafaso, na Ceasa em Foz do Iguaçu. Estas

iniciativas aprimoram a relação de solidariedade e atendem ao princípio de intercooperação segundo o qual, trabalhando juntas, as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo.

Demais estudos evidenciaram a importância das cooperativas da agricultura familiar para a comercialização dos produtos, como é o caso de Minatel e Bonganha (2015), os quais caracterizaram a Cooperfam de Ribeirão Preto/SP demonstrando os caminhos de comercialização acessados, bem como os benefícios oferecidos aos associados. Da mesma forma, Silva et al. (2016) definiram o cooperativismo como elemento chave para o fortalecimento dos agricultores familiares ao estudar o caso da Coop-Grande de Campo Grande/MS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu que fossem caracterizadas as cooperativas estudadas de acordo com suas especificidades, em especial, demonstrando os caminhos de comercialização acessados, os desenhos de mercado e o acesso à mercados institucionais e convencionais.

Através dos resultados obtidos e da contextualização geral das cooperativas, pode-se evidenciar que, para que se garanta a manutenção da cooperativa, necessita-se estar atento à produção nas propriedades dos associados, os quais precisam de aportes relativos à assistência técnica e disponibilidade de crédito para custeios e investimentos, além de auxílio permanente de políticas públicas de incentivo que fortaleçam o setor e assim colaborem para a fixação do homem no campo.

A ascensão das cooperativas mantendo-se em um contexto econômico solidário está atrelada, primordialmente, à participação e ao envolvimento dos associados para que se garanta o atendimento aos princípios do cooperativismo. Em segundo plano, mas com equiparada importância, o aporte do poder público às classes da agricultura familiar, a diversificação de produtos, o fomento à produção orgânica e agroecológica, o acesso a novos mercados e a manutenção, bem como ampliação, de políticas públicas são alguns fatores consideráveis para o sucesso das organizações cooperativas de agricultura familiar.

Ademais, pesquisas que evidenciem mais detalhadamente casos e especificidades de cooperativas de economia solidária podem trazer percepções mais próximas do enquadramento destas organizações aos princípios da solidariedade, democracia e desenvolvimento sustentável.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Entrevistas – Agricultura Familiar** (2010). Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p. 73-78, 1997.
- BARBOSA, W. de F; SOUZA, E. P. de. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 4, 2012. p. 67-74.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2014. p.139.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. 1ed. Brasília: MDA, 2009.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, MOVIMENTO SEM TERRA. **MERCADO INSTITUCIONAL: Avaliação de programas no Brasil**. São Paulo: CPI, MAB, MST. 2014. 39p.
- CONSTANTY, H. F. PH. Contribuições do PNAE na sustentabilidade dos agricultores familiares: o caso do município de Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon, 2014. 108p. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.
- COSTA, B. A. L; AMORIN JÚNIOR, P. C. G; DA SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 01, 2015. p. 109-126.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v.10, p. 8-13, 2013.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**. Curitiba: Editora UFPR. n 24, 2004. p 213-225.
- ESTEVAM, D. de O; SALVARO, G. I. J; BUSAREL, C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 2, 2015. p. 289-299.
- FONSECA, M. F. de A. C; NOBRE, F. G. de A. Tensões, Negociações e Desafios nos Processos de Certificação na Agricultura Orgânica. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 2005. p. 215-236.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 520 p.

GLIESSMANN, S. R.; FILHO, O. C. Agroecologia: construindo uma agricultura sustentável. In: HAMMES, V. S. (Org.). **Ver**: percepção do diagnóstico ambiental. São Paulo: Globo, 2004.

LAGO, A. Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário. 2010. 178 f. **Tese** (Doutorado em Agronegócio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: do mito à realidade. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1999. 337p.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp, 2007. p. 37-45.

LOSS, A. T. G; ROMAGNHA, M. J. F. Benefícios e desafios da agricultura orgânica no município de Santa Teresa, ES: um estudo de caso. **Natureza On line**, v. 6, n. 2, 2008. p. 79-85.

MELO, T. G. de. Cooperativismo e políticas públicas: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em uma cooperativa de trabalhadores rurais assentados em Ribeirão Preto, SP. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1. 2015. **Anais**. São Carlos: UFSCar, 2015. p. 1-10.

MINATEL, J. F.; BONGANHA, C. A. Agronegócios: a importância do cooperativismo e da agricultura familiar. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, Pirassununga, v. 4, n. 4, 2015, p. 247-259.

MLANDENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confedbras, 2003. 272p.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372p.

POLANYI, K. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista trimestral de Histórias e Ideias**. Porto, v. 1, n 1, 1978, p. 7-20.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: A experiência da Itália Moderna. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes**

agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-51.

ROSA, J. S. da; SACCO DOS ANJOS, F. **Mercados institucionais como ferramenta ao desenvolvimento rural:** análise da experiência de uma cooperativa na região sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <
<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-mercadosinstitucionaisferramentadesenvolvimentorural.pdf>> Acesso em: 21 ago 2017.

ROSALEM, V.; SILVA, E. A.; DA SILVA, F. F.; ALCÂNTARA, V. de. C. Gestão de cooperativas: um estudo sob o olhar do cooperado. **Administração pública e gestão social**. Viçosa, v. 1, n. 1, 2009. p. 46-66.

ROVER, O. J.; RIEPE, A. de J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 38, 2015, p. 663-682.

SANTOS DE SOUZA, M.; SANTOS DE SOUZA, R. Implicações das redes de cooperação do pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros. In: SCHINEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.) **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.117-132.

SCHULZE, E. Estrutura do poder em cooperativas. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, p.49- 76, jun./dez.1987. (Série Cooperativismo, v. 22, n. 59).

SEBRAE. **COOPERATIVA:** Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, 2009.

SILVA, G. G. da.; VILPOUX, O. F.; CHEUNG, T. L.; DEFANTE, L. R. Agricultura familiar e cooperação: caso da Coop-Grande no município de Campo Grande (MS). **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2016, p 1-27.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, 2001, p.100-112.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

SOUZA, J. L. de. Problemas, limitações e soluções técnicas nos sistemas de produção de olerícolas orgânicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE OLERICULTURA, 51. Horticultura Brasileira 29. 2011. **Anais**. Viçosa: ABH, 2011. p. S5878-S5887.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, 2002. **Anais**. João Pessoa: EDUFPB, 2003, p. 1-11.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996. Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 18p.

YIN, R. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p.32

ANÁLISE PARTICIPATIVA EM COOPERATIVA CAMPONESA SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERCAM

PARTICIPATORY ANALYSIS IN A SOLIDARY PEASANT COOPERATIVE: THE COOPERCAM CASE

RESUMO: O caminho percorrido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no itinerário da reforma agrária despertou a necessidade da criação de organizações associativas para a comercialização dos produtos dos assentados. Baseadas na solidariedade, a fundação de cooperativas foi uma prática evidente dentro do movimento. Este trabalho teve como objetivo registrar a análise da cooperativa Coopercam protagonizada pelos seus associados por meio da utilização da matriz Fofa como ferramenta. Evidenciou-se que a ferramenta colabora na visualização das características da cooperativa, mais especificamente na demonstração de seus pontos fortes e fracos, tanto em âmbito interno quanto externo. Além disso, o acompanhamento desse processo permitiu inferir que o envolvimento e a participação dos associados colaboram para a melhoria da cooperativa em seus aspectos.

Palavras-chave: agricultura camponesa, reforma agrária, cooperativismo, economia solidária, desenvolvimento rural sustentável.

ABSTRACT: *The historical way trod by Landless Workers' Movement (MST) to conquest of agrarian reform, passed by the need of create associatives organizations for sale the products of settled farmers. Based on solidarity, the foundation of cooperatives was an evidence practice in the movement. This article had the aim of registrant an analysis of Coopercam built by their members using SWOT matrix as tool. It could be evidence that tool contributed to visualization of cooperative's characteristics, especially their strengths and weaknesses, as internal as external scope. Besides this process could deduce that the involvement and participation of members in the cooperative collaborate to improve their aspects.*

Key words: *peasant agriculture, agrarian reform, cooperativism, solidarity economy, sustainable rural development.*

1 INTRODUÇÃO

O Movimento Sem Terra teve seu berço no Sul do Brasil e foi influenciado principalmente pelos aspectos socioeconômicos das transformações da agricultura na década de 1970. Com a mecanização, grandes contingentes populacionais foram muito rapidamente expulsos do campo. Estes camponeses tentaram a migração para outras regiões, porém, por várias influências, principalmente governamentais e de produção, não conseguiram se manter nestes novos locais. Junto a isso, o processo de industrialização destinou muitas destas pessoas para as cidades, mas, já no final dos anos 70, a indústria também entrava em crise. Assim, os camponeses tiveram fechadas as duas saídas e foram obrigados a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra (STEDILE e FERNANDES, 1999).

Nesse período, despontavam no Brasil vários movimentos de sem-terra, porém eram estabelecidos regionalmente e possuíam pouca comunicação entre si e com as demais lutas camponesas. O surgimento do MST, mais especificamente em 1984, quando em Cascavel houve um encontro nacional destes camponeses, unificou estas diversas frentes e definiu princípios e formas de lutas (FABRINI et al., 2013).

A luta e as ocupações pelo MST no Brasil se difundiram e, em especial no Paraná, a partir dos anos 2000, intensos conflitos em diversas regiões se destacaram, dentre as quais, a região Oeste, que se tornou um espaço de conflitos a partir de 2005. Toda essa evolução está descrita por Fabrini et al. (2013) no artigo Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.

Mesmo que muitas conquistas já tenham sido efetivadas, a reforma agrária ainda se faz necessária e precisa ser desenvolvida, porém de maneira que garanta o incentivo à produção de alimentos. É visível que o Brasil ainda necessita de áreas para que produtores familiares e trabalhadores rurais possam ter o acesso à terra, mas também é evidente que precisam de incentivos para que se mantenham de maneira viável (MIRALHA, 2006).

Como o objetivo da reforma agrária era o de obter um desenvolvimento socioeconômico com bases equitativas diferenciado do modelo excludente e degradante, sobressai-se um aspecto relevante do ponto de vista econômico, o de que

a reforma agrária seria capaz de gerar excedentes econômicos que fossem apropriáveis pelo conjunto da sociedade e, em especial, pelos próprios agentes sociais geradores dessa riqueza (CHRISTOFFOLI, 2007). Para que isso ocorra, o Estado e os mecanismos sócio organizativos precisam promover a indução desse modelo alternativo, e, mais do que isso, necessitam que haja capacidade de autogestão econômica dos agricultores para criar organizações fortes e ativas a fim de disputar com outros agentes econômicos privados. E isso deve ocorrer a partir da criação e do fortalecimento de iniciativas de cooperação (CHRISTOFFOLI, 2007).

A cooperação influencia no investimento social, na potencialização de ações coletivas para o enfrentamento e resolução de problemas, fortalece a capacidade de representação e organiza as demandas dos agricultores frente ao poder público, e ainda pode estimular, consolidar e dar efetividade ao modelo produtivo-tecnológico embasado na agroecologia (CHRISTOFFOLI, 2007).

Enquadrou-se então, estes assentados da reforma agrária em uma modalidade denominada por Altieri (2012) como agricultura familiar camponesa, estruturada em pequenas propriedades rurais nas quais os agricultores camponeses se voltavam à produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais, modelos de sustentabilidade e agrobiodiversidade.

A partir dos anos 90, algumas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar foram criadas visando apoiar e fomentar o desenvolvimento desse setor. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf é um exemplo no aporte ao crédito de custeio e financiamento. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae passaram a ter grande expressividade quando da aprovação da Lei 10.696/03, que instituiu o PAA visando promover o abastecimento alimentar compreendendo as compras governamentais de alimentos a partir de produtos da agricultura familiar, e da aprovação da Lei 11.497/09 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, passou a determinar que no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do Pnae, devem ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

O caráter social-organizativo que as cooperativas buscam oferecer para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária passou a ser fundamental para acesso às políticas públicas de comercialização, já que os agricultores necessitaram um melhor planejamento de sua produção visando atender às demandas institucionais, além de garantir a qualidade dos produtos a serem entregues. Assim, encontraram na fundação de cooperativas uma maneira que pudessem realizar a operacionalização da venda dos produtos.

Estas cooperativas se diferenciam das grandes cooperativas agroindustriais voltadas ao setor de *commodities* pelo fato de se basearem nos princípios da economia solidária que é “um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002 p. 10).

Benini e Benini (2012) destacam que apesar de não estarem totalmente ligadas uma a outra, a reforma agrária e a economia solidária são paralelas no que tange à preocupação com uma mudança social baseada em uma lógica de “desenvolvimento solidário”.

As formas de gestão das cooperativas da reforma agrária e/ou das cooperativas de economia solidária se baseiam na participação dos associados para a discussão e decisões em sua manutenção e andamento. Logo, a democracia e a solidariedade em uma prática de gestão participativa corroboram para que as análises e os pensamentos acerca da organização sejam realizados de maneira coletiva.

O objetivo deste trabalho foi o de registrar a análise das características de pontos fortes e fracos realizada pelos associados da Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa – Coopercam através da matriz Fofa.

2 METODOLOGIA

Anteriormente ao desenvolvimento desse estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto a ser discorrido visando embasar a discussão e verificar o aparato teórico relacionado ao objeto de pesquisa. A realização de uma revisão da bibliografia após a escolha de um assunto a ser trabalhado é necessária para que se construa a base de um protocolo de avaliação (FONSECA, 2002).

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa e se preocupou com a compreensão de um grupo social sobre o objeto proposto, caracterizando-se como uma natureza de pesquisa aplicada, dirigida à solução de problemas específicos com verdades e interesses locais, apresentou ainda o objetivo de pesquisa exploratório visando familiarizar-se com o problema e torná-lo mais explícito e utilizou do procedimento de estudo de caso investigando de maneira empírica um fenômeno em um contexto de vida real (YIN, 2001; GIL, 2007; SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Além disso, foi baseada no envolvimento do pesquisador com as pessoas investigadas, caracterizando-se como metodologia participativa e no conceito de pesquisa-ação que é definida por Thiollent como

Um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2008, p. 14).

Para a coleta e análise de dados foi utilizada a análise Swot ou Fofa, um modelo de análise desenvolvido por professores da *Harvard Business School* que parte de um acrônimo das palavras *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* e busca posicionar as oportunidades e ameaças do ambiente externo com as forças e fraquezas internas à empresa, identificando as capacidades e vulnerabilidades e permitindo criar visões e objetivos estratégicos de acordo com as possibilidades da organização (DIAS e FERREIRA, 2009). Segundo Wright o objetivo da análise Swot é

Possibilitar que a empresa se posicione para tirar vantagem das oportunidades do ambiente e evitar ou minimizar as ameaças ambientais. Com isso, a empresa tenta enfatizar seus pontos fortes e moderar o impacto de seus pontos fracos, além de revelar pontos fortes que ainda não foram inteiramente utilizados e identificar pontos fracos que podem ser corrigidos (WRIGHT et al., 2000, p. 86).

Quando aplicada às empresas, a análise Fofa geralmente é realizada por um agente externo que, em forma de consultoria, realiza tal estudo visando um planejamento de ações para a melhoria. Já no estudo aqui proposto, e também quando se trabalha com comunidades, o objetivo é o de identificar as fortalezas, fraquezas,

oportunidades e ameaças a partir da percepção de seus membros, com a participação e o consenso de todos (KUMMER, 2007).

Esta análise, através do diálogo, da comunicação e das relações humanas são entendidas por Freire (1983) como o uso correto da pedagogia que possibilita ao povo a elaboração de uma consciência crítica do mundo em que vive. A utilização da ferramenta também se caracteriza como uma forma de extensão libertadora, a partir de um processo participativo e de troca de saberes com diálogo, compreensão em uma educação que busca a autonomia dos agricultores (FREIRE, 1983).

A dinâmica foi desenvolvida durante as assembleias geral ordinária e extraordinária da Coopercam, sendo que após os assuntos de pauta, a metodologia da análise Fofa foi explicada e os 21 participantes, todos associados da cooperativa, foram divididos em grupos. Um cartaz em papel *kraft* foi colocado sobre uma mesa, papeizinhos de blocos adesivos e pincéis anatômicos pretos foram distribuídos aos grupos e estes foram orientados a descrever em palavras simples o que julgavam como forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da cooperativa.

Figura 14. Participantes da Assembleia Geral da Coopercam e cartaz com matriz Fofa elaborada pelos mesmos



Fonte: Acervo do autor, 2017

Com a finalização do preenchimento da matriz Fofa, foi realizada uma análise das palavras citadas pelos participantes e a socialização das identificações de cada grupo. Houve, ainda, uma rápida discussão sobre os resultados da análise e o repasse da matriz à diretoria da cooperativa. Para o artigo, os dados foram analisados descritivamente apresentando o entendimento e a discussão sobre os resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A ORGANIZAÇÃO

A Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa – Coopercam representa os agricultores assentados da reforma agrária e também agricultores familiares da região Oeste do Paraná na comercialização de seus produtos, acessando principalmente, políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae com o fornecimento de frutas, hortaliças, temperos, legumes, tubérculos e panificados. Além disso, possui iniciativas para a implementação de agroindústrias em suas áreas de atuação com foco nos assentamentos da reforma agrária.

A Coopercam foi criada a partir da discussão da criação de uma cooperativa que se iniciou desde final dos anos 90. A direção do MST começou a constatar que necessitavam de uma forma de união através de um sistema associativo que fortalecesse os assentados pelo Incra em diversos aspectos. Porém, preocupados com as questões do movimento, acabavam por não se ater realmente à necessidade da criação de uma cooperativa.

Quando foi iniciado o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, criou-se na região uma cooperativa chamada Coara que visava lidar com o acesso ao crédito disponibilizado. Porém, com o passar do tempo, a cooperativa não se manteve e se desfez.

Novamente, a direção do movimento passou a sentir a necessidade de uma cooperativa. Foi quando, impulsionados pela participação em programas institucionais, com o intuito de criar uma cooperativa regional, foi criada a Coopercam em 2009. Com sede na BR 277 Km 703 – Linha Nova Roma, a cooperativa se iniciou com 33 sócio fundadores e em 2017 já contava com cerca de 480 sócios, abrangendo toda a região Oeste do Paraná. Apesar de ter associados em cerca de 12 municípios, os principais polos onde se encontram a maioria dos agricultores são nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu, Ander Rodolfo Henrique em Diamante

D'Oeste, Santa Izabel em Missal, 16 de maio em Ramilândia, Olga Benário em Santa Tereza do Oeste e Valmir Mota em Cascavel.

A visão da Coopercam é a de cada vez mais estimular a agroecologia e a aproximação na relação campo-cidade, fazendo com que ambas as partes tenham ciência da importância de cada qual uma para a outra.

3.2 MATRIZ FOFA

A partir da análise Fofa com a participação dos associados presentes na assembleia da cooperativa, possibilitou-se a formação da matriz demonstrada na figura 15.

Figura 15. Percepção dos associados sobre a realidade da cooperativa



Fonte: o autor (2017).

3.2.1 Forças

Como pontos positivos internos da cooperativa, os associados elencaram, principalmente, questões sócio econômicas que evidenciam como forças. O quadro social amplo e representativo em consonância com o MST, assim como características de união, honestidade, compromisso e organização das pessoas são consideradas forças existentes que podem auxiliar para a manutenção e a ascensão da Coopercam.

Pelo fato de ser uma cooperativa de comercialização dos produtos dos agricultores familiares e assentados, os associados ainda citaram como forças da cooperativa o potencial que os agricultores possuem na produção diversificada destes produtos fornecidos para os mercados acessados, a configuração da cooperativa, que permite o acesso à políticas sociais, a localização privilegiada, já que a região de atuação é altamente produtiva em âmbito agrícola, e também a sede da cooperativa, que fica às margens da BR e próxima a grandes centros consumidores, por exemplo, Foz do Iguaçu, e ainda a existência de estrutura básica como veículos para carga de alimentos e para deslocamentos, equipamentos de informática, uma secretaria e uma padaria.

Appio et al. (2009), ao analisarem a matriz Fofa de uma cooperativa de comercialização, também evidenciaram questões sócio econômicas como, por exemplo, o entusiasmo de sócios, a lealdade das pessoas, a condição financeira e a base de clientes, como sendo pontos fortes da cooperativa.

O ponto em que citam a facilidade do acesso aos programas sociais retoma a discussão sobre o avanço nas políticas públicas a partir dos anos 90 e demonstra que os associados estão cientes do avanço e dos benefícios que algumas delas trouxeram para as suas realidades e da cooperativa.

3.2.2 Fraquezas

Em âmbito geral, as fraquezas apontadas pelos membros da Coopercam estão relacionadas à necessidade de envolvimento de maior número de associados na gestão e nas discussões/decisões da cooperativa, problemas financeiros e administrativos e

dificuldade de informação e comunicação. Além disso, enfatizam também, a necessidade de uma maior capacitação para agricultores nos assentamentos e a falta de um local próprio para comercialização.

Jorge et al. (2013), ao estudarem cooperativas no centro Sul do Paraná, também apontaram em uma análise Fofa a centralização das obrigações da cooperativa no presidente, evidenciando assim a necessidade de ampliação dos associados envolvidos na gestão das cooperativas. Mais do que isso, identificaram a falta de capacitação digital, o que pode comprometer o acesso à informação e comunicação.

Singer (2002), ao realizar um estudo sobre a autogestão como princípio do cooperativismo, retrata como problematização o desinteresse dos sócios em desempenhar atividades adicionais exigidas pela organização e por estarem sendo inseridos na economia solidária apenas como modo de produção ou vistas de negócios e que não apreciam as potencialidades da autogestão.

3.2.3 Oportunidades

A visão de oportunidades no ambiente exterior à cooperativa evidenciou, segundo os apontamentos, a produção e a comercialização de alimentos de uma forma diferenciada. É o caso da produção orgânica ou agroecológica, a agroindustrialização dos alimentos e a diversificação. Os associados entendem que em paralelo à esta modalidade produtiva, a demanda por estes alimentos neste segmento é existente e por isso se torna uma oportunidade. Além disso, a diversidade e qualificação dos produtos também possibilita um maior acesso aos mercados.

Andrade (2011) destacou em análise Swot de uma central de cooperativas do Cerrado, que existe uma demanda crescente por produtos “ecossociais” que preservem o meio ambiente e valorizem as relações socioculturais.

Oportunidades que envolvem os destacamentos realizados pelos associados corroboram o citado por Altieri (2012) o qual considera que a agricultura familiar camponesa é a chave para a garantia da segurança alimentar no mundo, isso porquê envolve em si uma produtividade ecológica com a conservação de recursos naturais, a diversificação de cultivos, a preservação da agrobiodiversidade e por resfriar o clima.

Ademais, já é realidade em algumas propriedades na região os sistemas que envolvem estas características vistas como oportunas pelos agricultores, como é o caso da propriedade Arruda em São Miguel do Iguazu, demonstrada por Tabarro et al. (2016) que citam a diversidade, a agroecologia, a sustentabilidade em uma nova relação socioambiental com base na cooperação e no respeito à natureza.

3.2.4 Ameaças

A título de enfrentamento de ameaças que podem ocasionadas por fatores externos à cooperativa, os associados destacaram principalmente questões voltadas ao sistema de governo e de produção dominante. É o caso do autoritarismo social, da má atuação de governos, das articulações para prejudicar a cooperativa, da fragilização dos programas sociais, dos grandes produtores e a monocultura. Também apontaram questões de ordem financeira e administrativa, como o elevado custo necessário para fazer um investimento, a burocracia de vários processos, principalmente dos sistemas de sanidade e inspeção de alimentos. Outra questão interessante apontada na compilação das respostas é o fato de os associados enxergarem como uma ameaça a fragilização ou fim dos programas sociais, colocando em evidência que apesar de entenderem o acesso a estes programas uma força da cooperativa, têm a ciência de que estão ameaçados.

Ferreira et al. (2009) ao pesquisar a percepção de atores da agropecuária familiar em Minas Gerais, destacou a grande dependência deste setor em relação ao Estado em um sistema patrimonialista burocrático autoritário. Em especial, o estudo frisa que ainda são pequenas as articulações democráticas dos agricultores familiares para reivindicarem seus direitos e se tornarem mais independentes, cidadãos e empreendedores.

Em face às políticas públicas para a agricultura familiar, Gazolla e Schneider (2013) identificaram no Rio Grande do Sul que o Pronaf, por exemplo, contribuiu para melhorar as condições gerais no campo, porém, não conseguiu atingir seus objetivos de desenvolvimento rural pelo cenário de mercantilização já existente imposto pela produção de grãos e *commodities*. Logo, para que os agricultores familiares sejam

beneficiados de fato, estas políticas precisam dar “um passo à frente” e ajustar seus focos.

Entretanto, apesar de o argumento político sozinho não ser determinante para a descontinuidade de políticas públicas (SPINK et al., 1999), a mudança de governo pode fazer com que ela não permaneça a mesma e passe a incorporar novos atores, provavelmente com objetivos diferentes e complementares (CALDAS e ÁVILA, 2013) podendo isso ser benéfico ou prejudicial para o público anteriormente beneficiário. Christoffoli (2007) enfatiza que a aplicação de recursos para investimentos sociais deve ter o maior impacto possível em resultados sociais e econômicos para que apresentem o melhor “custo-benefício”.

Szmrecsányi (2007) relaciona o agronegócio e a monocultura, em sua atual expansão e ampliação, como um dos principais fomentadores da desigualdade, da repartição da pobreza e do poder no meio rural. Isso pode ocorrer pela monocultura extensiva de culturas alimentares voltadas aos mercados externos, pela pecuária extensiva e pelos reflorestamentos homogêneos de espécies exóticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva de uma análise utilizando a ferramenta matriz Fofa e a pesquisa-ação com os associados da Coopercam permitiu a visualização das características da cooperativa evidenciando seus pontos fortes e fracos em seu ambiente interno e externo. A organização das ideias a partir de um método pré-estabelecido, colabora para que se esclareça da melhor forma a situação atual da organização.

Verificou-se que as forças da cooperativa, segundo seus associados, estão mais voltadas ao seu quadro social, potencial produtivo e de comercialização. Já dentre as fraquezas inerentes à cooperativa, a dificuldade financeira, de organização e planejamento foram fatores relevantes nos apontamentos. Quanto às oportunidades, a produção agroecológica, diversificada e o mercado demandante por estes produtos foram identificados como fatores chave pelos associados. Por fim, a título de ameaças,

o sistema de produção em grande escala e a fragilização de políticas públicas pelos governantes são preocupações dos agricultores camponeses.

Conclui-se com esta pesquisa que o envolvimento e a participação dos associados na gestão e discussões da cooperativa colaboram para todos os apontamentos indicados, tanto no aproveitamento dos pontos favoráveis a partir do aprimoramento na organização, quanto na melhoria dos pontos desfavoráveis, garantindo uma administração interna confortável, além da luta e representatividade deste setor social.

A título de sugestão, tem-se que a análise Fofa pode ser objeto para estudos e tomadas de decisões mais avançadas, como a elaboração de um planejamento estratégico e/ou um plano de ação para potencializar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, 400p.

ANDRADE, D. P. **Economia Solidária e Comércio Justo**: um estudo de caso da Cooperativa Central do Cerrado-DF. 2011. 37p. Relatório de estágio (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

APPIO, J.; SCHARMACH, A. L. da R.; SILVA, A. K. L. da.; CARVALHO, L. C. de.; SAMPAIO, C. A. C. Análise SWOT como diferencial competitivo: um estudo exploratório na cooperativa MUZA Brasil. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v. 3, n. 3, p. 1-18, 2009.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. Reforma Agrária no contexto da Economia Solidária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 1-10, 2012.

CALDAS, E. de L.; ÁVILA, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, v. 13, n. 148, p. 77-84, 2013.

CHRISTOFFOLI, P. I. Estímulo à cooperação entre os beneficiários da reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas, v. 34, n. 2, p. 135-147, 2007.

DIAS, R. de O. G. G.; FERREIRA, A. C. S. A matriz SWOT como ferramenta de gestão estratégica: o caso do Centro de Operações da Área Financeira Petrobras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: ABC, 2009. p. 1-16.

FABRINI, J. E.; ROOS, D.; MARQUES, E. B.; GONÇALVES, L. D. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 15, n. 21, p. 1-17, 2013.

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 47, n. 3, p. 767-792, 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa participativa. **UECE**. Fortaleza, mai. 2002. Apostila. Disponível em: < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>> Acesso em: 08 set. 2017.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983. 93p.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-67, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 176 p.

JORGE, A.; GREGOLIN, M. R.; ALBERTON, V.; TELEGINSKI, M.; FREITAS, C. C. G.; SILVA, A. Q. Análise por meio da matriz FOFA das Associações e Cooperativas do Território Centro Sul do Paraná. In: JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 2, 2013, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2013. p. 1-15.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. Salvador: GTZ, 2007. 155p.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 151-172, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SPINK, P.; CLEMENTE, R.; KEPPKE, R. Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 34, n.1, p.61 – 69, 1999.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 167p.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do Agronegócio e Ameaças à Soberania Alimentar: o Problema dos Biocombustíveis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas, v. 34, n. 2, p. 149-154, 2007.

TABARRO, C.; ENGELMANN, M. I.; ANDRADE, M.; FERREIRA, R. L. A. Estudo de caso de propriedade rural agroecológica com manejo agroflorestal. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIOESTE, 8, 2016, Marechal Cândido Rondon. **Anais do VIII SECIAGRA**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2016. p. 583-585.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 14.

WRIGHT, P. L.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração Estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 86.

YIN, R. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

CONCLUSÕES GERAIS

O desenvolvimento do trabalho a partir da elaboração dos três artigos permitiu analisar algumas iniciativas de extensão e desenvolvimento rural sustentável na BP3. Os resultados do estudo evidenciaram que a agricultura familiar na BP3 conta com várias iniciativas que auxiliam para a nova Ater, beneficiando as propriedades e as famílias do campo, mas que os serviços precisam de uma continuidade e ampliação. Além disso permitiu com que fossem caracterizadas as cooperativas de acordo com suas especificidades, demonstrando os caminhos de comercialização acessados por elas, os desenhos de mercado e o acesso à mercados institucionais e convencionais. E ainda a construção coletiva de uma análise para um caso específico de uma cooperativa camponesa utilizando a ferramenta matriz Fofa e a pesquisa-ação com os associados, o que resultou na visualização das características da cooperativa evidenciando seus pontos fortes e fracos em seu ambiente interno e externo.

De forma geral, alguns indicativos se destacaram no decorrer desse trabalho. Um deles é a nitidez do auxílio que políticas públicas provém à agricultura familiar e camponesa. As políticas públicas para esse setor surgiram a partir da organização social e de lutas promovidas por lideranças e entidades de representação, por exemplo, associações de produtores, sindicatos dos trabalhadores rurais, universidades e agentes políticos.

Assim, a importância da manutenção e fortalecimento dessas políticas é evidente, ao passo que, do contrário, a precarização e fragilização das políticas públicas podem comprometer a manutenção dos trabalhadores no campo com qualidade de vida. A preocupação que os próprios agricultores apresentam e que foi demonstrada no estudo é a de que políticas de crédito, a comercialização, em especial de assistência técnica e extensão rural não podem ser reduzidas ou minimizadas.

A visão de um serviço de assistência técnica e extensão rural diferenciado também demonstrou ser muito positiva. Trata-se do atendimento aos princípios da nova Ater considerando principalmente o agente como educador e fazendo parte da realidade em que está inserido.

Outro indicativo é a importância do cooperativismo para o fortalecimento dos agricultores, principalmente no âmbito da comercialização dos seus produtos. Pode-se concluir que a união em uma forma associativa se caracteriza como uma forma superior de auxílio aos agricultores familiares em comparação ao individualismo. No entanto, para a manutenção e ascensão destas cooperativas, o envolvimento dos associados nos direcionamentos, gestão e andamento é fator primordial.

Por fim, este estudo buscou, além de sistematizar algumas ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável na BP3, trazer algumas especificidades e reflexões que possam ser utilizadas para dar suporte às decisões na contribuição governamental, não governamental e da sociedade para a agricultura familiar, camponesa e de comunidades tradicionais da região.

Outros estudos em demais localidades, em outros momentos ou com diferentes enfoques são sugestões para que se demonstre a realidade da agricultura familiar buscando sempre o seu fortalecimento.

APÊNDICE A – Questionário de pesquisa artigo 1

Entidade:				
Ano de constituição:		Tipo: () ONG () OSCIP () Cooperativa () setor público () empresa () Outro: _____		
Início da atuação:				
Atualmente				
Entidade parceira:			Modalidade: () Contrato () Convênio () Termo de cooperação () Outro: _____	
Nº de técnicos	Escolaridade	Municípios	Nº de agricultores	Área de atuação
	Formação			
Entidade parceira:			Modalidade: () Contrato () Convênio () Termo de cooperação () Outro: _____	
Nº de técnicos	Escolaridade	Municípios	Nº de agricultores	Área de atuação
	Formação			
Entidade parceira:			Modalidade: () Contrato () Convênio () Termo de cooperação () Outro: _____	
Nº de técnicos	Escolaridade	Municípios	Nº de agricultores	Área de atuação
	Formação			